

I. B. G. E. — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

**A REGIÃO DA SERRA DOS AIMORÉS
E O
RECENSEAMENTO GERAL DE 1950**

Documentos Censitários

SÉRIE B — NÚMERO 6

**RIO DE JANEIRO
1953**

Documentos Censitários

VOLUMES PUBLICADOS

Série A:

- N.º 1 — Legislação básica dos Recenseamentos de 1872 e 1890.
- N.º 2 — Legislação básica dos Recenseamentos de 1900 e 1920.
- N.º 3 — Legislação básica do Recenseamento de 1940.
- N.º 4 — Resoluções da Comissão Censitária Nacional (Recenseamento Geral de 1940).
- N.º 5 — Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930.

Série B:

- N.º 1 — Investigações sobre os Recenseamentos da população geral do Império.
- N.º 2 — O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais.
- N.º 3 — Aspectos da propaganda censitária.
- N.º 4 — Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.
- N.º 5 — A Região da Serra dos Aimorés e o Recenseamento Geral de 1940.

Série C:

- N.º 1 — Base legal do Recenseamento Geral de 1950.
- N.º 2 — A data do Recenseamento Geral de 1950.
- N.º 3 — O Censo Agrícola de 1950 no Distrito Federal.
- N.º 4 — Divisão do Distrito Federal em quadros urbano, suburbano e rural, para fins censitários.
- N.º 5 — Base geográfica do Recenseamento Geral de 1950.
- N.º 6 — Informação sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil.
- N.º 7 — Notas sobre o preparo da "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico" de 1950.
- N.º 8 — O quesito "Religião" no Censo Demográfico de 1950.
- N.º 9 — As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950.
- N.º 10 — Cadastros preliminares do Recenseamento Geral de 1950.
- N.º 11 — Classificação de Indústrias no Recenseamento Geral de 1950.
- N.º 12 — Notas e Comunicados.

Série D:

- N.º 1 — Métodos dos Censos de População das Nações Americanas.
- N.º 2 — Geografia e cartografia para fins censitários.
- N.º 3 — Curso de Elementos de Estatística Demográfica.

20

I. B. G. E. — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

**A REGIÃO DA SERRA DOS AIMORÉS
E O
RECENSEAMENTO GERAL DE 1950**

Documentos Censitários

SÉRIE B — NÚMERO 6

RIO DE JANEIRO
1953

IBGE
BIBLIOTECA CENTRAL

[Handwritten signature]

N.º de Reg. 569
D-ta: 19/6/84

311.213.1
(81)
I 12 d
Doc Gen
B6

CE-00000910-1

A REGIÃO DA SERRA DOS AIMORÉS

E O

RECENSEAMENTO GERAL DE 1950 *

* Relatório apresentado ao Serviço Nacional de Recenseamento pelo Delegado Especial JOSÉ GUIMARÃES LOBO. As tabelas foram elaboradas pela Subdivisão de Sistematização e Divulgação do S.N.R., com base nas apurações do Recenseamento Geral de 1950.

CAPÍTULO I

MEDIDAS PRELIMINARES

Viagens a Vitória e Belo Horizonte

Tendo recebido, a 19 de maio de 1950, a confirmação de minha designação para superintender os trabalhos do Sexto Recenseamento Geral do Brasil na Zona Litigiosa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, procurei imediatamente acertar com o Diretor Técnico, Dr. Tulo Hostílio Montenegro, as medidas preliminares a serem adotadas.

Ficou, então resolvido que deveria, antes de tudo, ter entendimento com os Governadores dos dois Estados litigantes.

Assim, a 22 de maio, parti de avião para Vitória e a 24 regressi, tendo sido recebido, em audiência, pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernandes Monteiro Lindemberg, Governador do Estado. Apresentado pelo Dr. Armando Rabelo, expus o objetivo da minha presença e obtive, como era de esperar, a promessa de apoio e colaboração ao serviço a ser executado.

Em Vitória, estive também com o Sr. Dr. Cícero de Moraes, Diretor do Departamento Geográfico Estadual, que me prestou preciosos esclarecimentos sobre a zona onde ia trabalhar e sobre a questão de limites com Minas Gerais.

Devido à dificuldade de se obter, logo, uma audiência com o Governador de Minas Gerais, por estar viajando, somente a 29 de maio, segui para Belo Horizonte. Nesse mesmo dia, fui recebido pelo Dr. Milton Campos, Governador do Estado. Os Drs. Hildebrando Clark e Saïd Farhat fizeram a minha apresentação.

Do Exmo. Sr. Dr. Milton Campos ouvi também a lisonjeira promessa de apoio moral e colaboração em tudo que estivesse ao alcance do Governo.

Ambos os Governadores aceitaram a deliberação do I.B.G.E. de criar uma Delegacia Especial para o Recenseamento da Zona Litigiosa e louvaram o acerto dessa providência.

Por sugestão do Exmo. Sr. Governador de Minas Gerais, permaneci ainda no dia 30 em Belo Horizonte, mantendo entendimentos com o Dr. Benedito Quintino, Diretor do Departamento de Geografia e com o Dr. Darcy Bessone de Oliveira Andrade, Advogado Geral do Estado, a fim de me pôr a par, de maneira objetiva e jurídica, dos pontos de vista do Estado na questão de limites com o Espírito Santo.

Nessas duas viagens, além dos entendimentos mencionados e que reputei de grande importância para o êxito de minha missão, consegui mapas atualizados da Zona Litigiosa e que muito me valeram na divisão de setores, bem como no estudo sobre comunicações, tão necessário para a execução dos trabalhos censitários.

Secretário da Delegacia

Para Secretário da Delegacia fui autorizado a convidar um elemento da S.G., que pudesse me prestar a colaboração indispensável ao cumprimento da tarefa que me fôra imposta. Assim, propus ao Sr. Isidoro Pereira Leitão, Auxiliar-técnico ref. 23, me acompanhar à Barra de São Francisco. Tive a felicidade de ver aceita a minha proposta.

Preparativos de viagem

De 2 a 8 de junho, permanecemos ainda no Rio de Janeiro, ultimando os preparativos da longa viagem.

Nesse período foram também tomadas providências sobre a remessa do material permanente necessário à instalação da Delegacia.

A fim de melhor nos habilitarmos ao desempenho das nossas funções, naqueles 6 dias, estudamos as principais dificuldades no preenchimento dos instrumentos de coleta junto às Secções competentes do S.N.R.; na Praia Vermelha.

No dia 8 de junho, à tarde, em avião da Cruzeiro do Sul, partimos da Capital Federal, para Vitória, onde chegamos à noite, iniciando, assim, a viagem rumo à cidade de Barra de São Francisco.

Sede da Delegacia

Por uma questão de respeito ao critério adotado em 1940 e aceito pelos Estados litigantes, ficou deliberado que a sede da Delegacia Especial ficasse na cidade de Barra de São Francisco.

Manteve-se, assim, a norma seguida em 1940, uma vez que nada foi

alegado que justificasse modificação dessa deliberação.

Permanência em Vitória

Permanecemos nessa cidade de 9 até a madrugada de 13 de junho, quando tomamos o trem que nos conduziu à cidade de Colatina, segunda etapa da jornada. Essa demora de 4 dias foi motivada pelo fato de termos sido informados de que a casa, que nos ia servir de sede, ainda não estava concluída. Não adiantava, portanto, apressar a viagem. Aproveitamos essa estada em Vitória para acertar com o Inspetor Regional de Estatística medidas concernentes às linhas divisórias da Zona Litigiosa com os Municípios de Colatina, São Mateus e Conceição da Barra. Para melhor conhecimento do assunto, deixei naquela I.R. o mapa aceito e reconhecido pelos dois Estados, e que estabelece as linhas de contorno da referida zona.

Esse mapa ficou na I.R. para ser recopiado, porquanto na Delegacia Especial eu previa a necessidade de mais um exemplar.

Fiquei a dever ao I.R. do Espírito Santo, além de outros, mais esse obséquio de mandar um seu funcionário copiar o meu mapa.

Primeiro contacto com a Zona Litigiosa

De acôrdo com o traçado da estrada de rodagem, no mapa que possuíamos, às 9,50 horas do dia 14 de junho, estávamos passando a linha de limite sul do território litigioso. Atravessávamos, então, uma série de picos, que, no referido mapa, se apresenta com a denominação de Serra dos Pancas. Entrávamos, portanto, naquele momento, no território cujo recenseamento ia ficar sob nossa responsabilidade.

Era esse o primeiro contacto com o ambiente em que deveríamos desenvolver a nossa atividade. Começava, ali e com aspecto bem acidentado, a zona neutra, no seu lado sul.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Instalação da Delegacia

Ao chegarmos em Barra de São Francisco, a 14 de junho, a casa destinada à Delegacia ainda não estava acabada. Faltava colocar algumas portas e janelas, e parte da cobertura. No dia 17 a situação pouco se havia modificado, em que pesem os nossos esforços e permanente fiscalização dos operários. Isso dificultou o início dos trabalhos e grande era a nossa preocupação diante da necessidade de agir, pois o censo começaria dentro de 13 dias e nos encontrávamos manietados, por falta de sede.

Recorremos ao Prefeito e este pôs à nossa disposição a sala de sessões da Câmara Municipal. Lá iniciamos os serviços de divisão de setores e de preparação de recenseadores.

A 18 de junho, vendo que os trabalhos de conclusão da sede estavam marchando muito lentamente e para dar uma idéia da necessidade inadiável de um local onde pudessemos trabalhar, nos passamos para a referida casa, mesmo por concluir.

Inauguração da sede

No dia 28 fizemos, com alguma solenidade e presença das autoridades locais, de comerciantes e do povo, a inauguração da sede.

O Prefeito de Mantena e demais autoridades mineiras não puderam comparecer, por motivo de chuvas. Entretanto, tínhamos a promessa firme do comparecimento dessas autoridades. A sua presença, naquela ocasião, teria constituído um grande trabalho de aproximação das duas populações.

Falaram, na ocasião, o Juiz de Direito, Dr. Olavo Pilar Gonçalves, o Sr. Gumercindo Farias, Secretário da Prefeitura e eu, que fiz uma exposição dos trabalhos preparatórios da operação censitária.

Comissões censitárias

Não organizei uma só. Fazê-lo, importava em estabelecer limites municipais, ou, implicitamente, reconhecer direitos de um ou outro litigante. Iria, então, quebrar a linha de neutralidade e imparcialidade que convinha manter.

É certo que a I.R. de Minas Gerais, em junho, já tinha organizado as de Mantena e Ataléia. Eu, porém, preferi ignorar o ocorrido.

Zonas urbana e suburbana de Barra
de São Francisco

Ao examinar a divisão de zonas urbana e suburbana de Barra de São Francisco, cheguei à conclusão de que ainda vigoravam os limites do tempo em que era sede de distrito. Mas aconteceu que a localidade veio se desenvolvendo bastante, de sorte que a divisão existente não mais correspondia ao crescimento atual.

Segundo a divisão em vigor, a Avenida Espírito Santo, por exemplo, ficava com parte na zona urbana e parte na suburbana, sendo que a parte da zona suburbana era mais extensa que a da urbana e nela se localizavam as melhores construções. Havia também outros inconvenientes para o recenseamento, caso se observasse a divisão mencionada. Iria apresentar uma população urbana em cifras inexpressivas e não verdadeiras, enquanto que a parte suburbana seria figurada com número três vezes superior.

Procurei alguns vereadores, residentes na cidade, principalmente o presidente da Câmara e expus-lhes o caso, fazendo sentir que se impunha um ato urgente da Câmara Municipal, alterando a divisão, de maneira mais consentânea com a situação atual. Concordaram, em princípio, porém, surgiu a dificuldade de se fazer a nova divisão sem engenheiro ou pessoa que lhes pudesse orientar no caso.

Nessa altura, eu já tinha percorrido toda a cidade e feito observações a respeito. Tinha, portanto, estudado um plano para solução do assunto, diante das objeções previstas. Em face da dificuldade por eles apresentada, propus que fizéssemos juntos uma verificação dos verdadeiros atuais limites da cidade. Aceito o alvitre e pôsto em execução, eu fui expondo o meu plano e explicando a razão de ser das modificações apresentadas.

Todos concordaram com meu modo de ver e se prontificaram a apresentar e votar o respectivo decreto. Devido à urgência convocada uma sessão especial da Câmara. O decreto foi então apresentado e votado. Tomou o nº 27 e foi sancionado pelo Prefeito, Sr. Adelino Coimbra, a 26/6/50, quatro dias antes do início do Recenseamento.

A cópia do referido Decreto constitui o anexo nº 1 deste Relatório.

Divisão Administrativa

Em virtude da contenda sobre limites entre Espírito Santo e Minas Gerais, surgiu a impossibilidade de reconhecer e adotar qualquer das divisões administrativas dos dois Estados. Não há uma só unidade municipal, dentre as

contidas, em todo ou em parte, no território litigioso, que seja considerada da mesma categoria pelos Estados litigantes e cujos territórios se achem delimitados pelas mesmas linhas.

O Município de Mantena, por exemplo, criado pelo Governo Mineiro, é constituído por uma grande parte do Município de Barra de São Francisco (criado pelo Espírito Santo), por todo Município de Ametista (ainda não instalado) e por uma pequena parte do Município de São Mateus, ambos criados pelo Espírito Santo.

Dessa mistura resulta que a sede municipal mineira, denominada Mantena, para o Espírito Santo, é apenas uma vila, sede de um distrito de Barra de São Francisco, chamado Gabriel Emílio.

Por outro lado, o Município de Barra de São Francisco (ES) é constituído de uma boa parte do Município de Mantena (MG), inclusive sua sede e mais uma nésca do Município de Ataléia (MG).

Temos ainda o Município de Ataléia (MG) que é integrado por todo Município de Joeirana (ES), criado e não instalado, e por partes dos Municípios de Barra de São Francisco, São Mateus e Conceição da Barra, todos criados pelo Espírito Santo. Do Município mineiro de Ataléia ficou fora da Zona Litigiosa uma parte do distrito de Fidelândia. Além dêsses, há ainda dentro da área contestada parte do Município de Colatina (ES) e a parte sul do Município de Nanuque (MG), formada de território componente do Município de Conceição da Barra (ES).

Como se vê, cada Estado dividiu de maneira diferente o mesmo território. Dêste fato surge a confusão de municípios que se superpõem em parte e se interpenetram. Cria-se a anomalia geográfica exemplificada pelo caso de um só lugar ser vila e cidade ao mesmo tempo, uma vez que para um Estado é sede distrital, para outro é municipal. Existe o mesmo local com dupla classificação, de acôrdo com a divisão administrativa que os dois Estados adotaram para aquela Zona.

Aceitar e aprovar uma dessas divisões e desprezar a outra, mesmo para efeito exclusivo de estabelecer um critério na divisão de setores e classificação das populações de zonas urbanas, suburbana e rural, era desaconselhável, porque implicaria em reconhecer o direito de administração de um dos contendores e quebraria com isso a linha de imparcialidade e neutralidade que devia observar, e, de fato, observei.

Assim, não me foi possível respeitar nenhuma das divisões administrativas, impostas àquela Zona, pelos Estados contendores.

Tive que considerar a área da Zona como um todo único e, sem levar em consideração os limites estabelecidos pelos respectivos Estados para suas

circunscrições administrativas, fiz a divisão de setores como melhor me pareceu para a execução dos trabalhos. Não se diga que esse critério foi quebrado, quando constitui os setores urbanos e suburbanos de Ataléia, Barra de São Francisco e Mantena.

Explico-me: embora cada um desses três lugares no que concerne à sua categoria seja classificado diferentemente pelos dois Estados, todavia todos eles, em ambas as divisões administrativas, são considerados (vilas ou cidades) como possuidores de zona urbana e suburbana. Esses três pontos são os únicos na zona, com essas características e prerrogativas, concedidas e reconhecidas pelas partes litigantes.

Cadastros

Em virtude de ter chegado à Zona Litigiosa faltando apenas 16 dias para iniciar a coleta, não me foi possível realizar os levantamentos cadastrais recomendados pelo S.N.R. e, de fato, tão necessários para a verificação da cobertura da coleta nos diversos censos.

As Agências estatísticas de Ataléia, Barra de São Francisco e Mantena os tinham feito, porém, tais documentos não me podiam prestar o desejado auxílio, uma vez que os seus resultados eram discordantes, embora referentes à mesma faixa de terra. E tinham que ser mesmo diferentes, porque o universo observado e pesquisado, no caso, um município, segundo a divisão administrativa um Estado é um todo único; segundo a do outro Estado, porém, ele se divide por dois ou três.

Demais, o mesmo território teria sido, assim, submetido a dupla ou triplíce pesquisa, feitas, sob um critério geral uniforme, porém executadas por órgãos diferentes e que, certamente, iria apresentar divergências, ou por incúria de uma das partes, ou por interpretações diferentes dadas às normas gerais pelos executantes.

Desta forma, não era possível aceitar os cadastros levantados pelas Agências de Estatística dos municípios existentes na Zona.

Seleção de agentes recenseadores

A 15 de junho, começamos a registrar os nomes dos candidatos a recenseadores. Eram apresentados pelos Prefeitos de Barra de São Francisco e Mantena, por outras autoridades locais e por pessoas de importância da localidade.

A primeira aula teve, apenas, a presença de 14 candidatos.

Tivemos uma matrícula de 74 interessados, contando entre eles 3

recenseadores de 1940 - Tolentino Xavier Ribeiro, Hipólito Augusto da Silva e José Caldas Batista. Os dois primeiros foram ao fim; o terceiro desistiu logo no começo das aulas.

Estas eram dadas pela manhã e à tarde e tomaram feição inteiramente prática, como exigia a escassez de tempo e a falta de preparo dos candidatos

Muitos dêles, quase a maioria, moravam distante duas ou três léguas. O tempo gasto nessas viagens, a necessidade de fazer despesas com alimentação e a dificuldade que sentiam em assimilar as instruções, tudo isso fêz com que a assiduidade às aulas não fôsse muito satisfatória, bem como o aproveitamento geral.

A prova disso é que somente 36, dos 74 matriculados, foram aproveitados. E devo confessar que êsse aproveitamento foi mais imposto pela necessidade, do que pelo reconhecimento de que já haviam conseguido a habilitação desejada e necessária.

De modo geral, houve boa vontade e esforço em assimilar as instruções que ficaram a cargo do Sr. Isidoro Pereira Leitão, Secretário da Delegacia.

Contrabalançando e anulando, por vêzes, essa boa vontade e esforço, havia a incapacidade de apreensão, elevada a um grau bem alto.

Sentindo quanto era baixo o nível intelectual dêsses candidatos, não havendo outros para quem apelar, nem tempo a perder, resolvi que o aferimento de capacidade se reduzisse a uma prova o mais elementar possível. Concordamos em mandar fazer um pequeno ditado. O resultado, sem exagêro, nos deixou decepcionados.

Uma outra dificuldade na escolha de recenseadores foi a exigência da quitação com o serviço militar e o limite de idade. Tive que abrir algumas exceções, forçado pela escassez de pessoal e de tempo.

Seja como fôr, a essa gente inculta, porém honesta e esforçada, na sua maioria, deve-se em grande parte o êxito de minha missão, se de êxito se pode chamar o trabalho que apresentei.

O período de preparação se estendeu de 18 de junho a 15 de julho, sendo que, dentro dêsse espaço de tempo, foram sendo despachados, para iniciarem os serviços no campo, aquêles que revelaram melhor aproveitamento. Só foi possível iniciar o recenseamento a 1º de julho apenas nas três cidades: Barra de São Francisco, Mantena e Ataléia. Isto mesmo porque, por segurança, permaneci em Barra de São Francisco, acompanhando o recenseador, o Secretário foi para Mantena, a fim de assistir aos 3 recenseadores de lá, e, em Ataléia, essa função foi desempenhada com acêrto pelo Agente de Estatística, Sr. Otacílio Remígio da Silva.

Na zona rural só pôde ser iniciado a 10 de julho e, apenas, em 3 setores. A maioria, porém, foi começada alguns dias depois.

Entretanto, tive alguns setores começados em setembro e o que foi atacado por último começou em 4 de novembro. Foi o de nº 51, sob a responsabilidade do recenseador Tolentino Xavier Ribeiro, que havia concluído o setor 49, do qual fôra desagregado o território que passou a formar o 51.

É aconselhável a preferência de pessoas radicadas nas zonas rurais para os serviços a serem ali realizados. As razões dessa preferência são óbvias: conhecimento mais perfeito do ambiente, maior facilidade de captar a confiança dos recenseandos, desde que se tenha o cuidado de escolher pessoas benquistas e honestas.

Divisão de setores

Nosso primeiro trabalho, concomitantemente ao de seleção de recenseadores, foi a divisão da Zona em Setores Censitários.

A base foi o mapa que serviu ao recenseamento de 1940. Como auxílio complementar indispensável, tivemos as informações do Sr. Adelino Coimbra, então Prefeito e ex-recenseador de 1940, do Capitão Josias G. Aguiar, de vários vereadores e de pessoas conhecedoras da região e que nos pareceram fidedignas.

- Em geral, os contornos dos setores de 1940 foram conservados, mesmo quando divididos em dois. Nesses casos era apenas criada e traçada no mapa uma linha divisória, de acôrdo com os acidentes geográficos conhecidos, separando as duas partes do antigo setor, as quais passavam, assim, em 1950, a constituir setores novos.

O quadro a seguir focaliza a situação com bastante clareza:

Setores - 1940 Nº de ordem	Alterações feitas em 1950
1	Não foi modificado nos limites nem no nº de ordem
2	Idem
3	Idem
4	Foi dividido, formando o atual 4 e parte do 7
5	Idem, formando o 5 e parte do 6
6	Passou a formar o 7 - ampliado com uma parte do antigo 4
7	Ficou sendo o 8, acrescido de uma parte do extremo leste do antigo 11

Setores - 1940 Nº de ordem	Alterações feitas em 1950
8	Foi dividido, constituindo 2 novos, sob os nºs, 13 e 14
9	Ficou diminuído da parte que cedeu para completar o 6 atual
10	Dividido em 2 - sob os nºs. 18 e 19
11	Dividido entre 3 novos, de nºs. 8, 20 e 21, porém formando apenas uma parte de cada um deles
12	Formou os de nºs 23 e 24
13	Formou todo o 22 e completou os de nºs. 20 e 21, com a contribuição do 11, conforme ficou referido acima
14	Formou os novos 25 e 26
15	Desdobrou-se nos de nºs. 27 e 28
16	Inalterado
17	Inalterado, quanto a limites. Recebeu o nº 30
18	Idem - recebeu o nº 31
19	Deu os novos 32, 33 e parte do 34
20	Formou o 35 e completou o 34, com a parte tirada do 19, como já foi dito
21	Inalterado, quanto a limites. Figura com o nº 36
22	Idem - figura com o nº 37
23	Deu os atuais 38 e 39
24	Inalterado, quanto a limites. Deu o nº 40
25	Idem - deu o setor 41
26	Idem - " " " 42
27	Idem - " " " 43
28	Idem - " " " 44
29	Deu três setores completos: 49, 50 e 51
30	Ficou subdividido em dois sob nºs. 45 e 46

No quadro supra não aparecem os novos setores de nºs. 9, 10, 11, 12, 16, 17, 47 e 48. É que êsses foram setores urbanos e suburbanos da Zona e, na divisão antiga, eles não formaram setores isolados. Ficaram como parte dos antigos setores 8, 10 e 29, onde se encontravam as atuais cidades de Mantena, Barra de São Francisco e Ataléia.

Em 1940, era bem outra a situação dessas localidades. Ainda não haviam sido elevadas à categoria de cidades, pois o Município de Barra de São Francisco só foi criado em 31/12/43, pelo Decreto nº 15 177, e os de Ataléia e

Mantena, como o precedente, não existiam. Foram constituídos por força do Decreto nº 1 058, também de 13/12/43.

Em 1940, a Zona foi dividida em 30 setores. Em 1950, a primeira divisão subiu a 49. Posteriormente, foram criados mais 2, desmembrados de setor demasiadamente trabalhoso e que, a princípio, não parecia conter tantas unidades a registrar. Foi o de número 49 que, pelo motivo exposto, ficou dividido em 3 (49, 50 e 51).

Mesmo com êsse desdobramento, que representa um aumento de 21 setores, conforme se verifica pelos registros das cadernetas, todos êles, com exceção dos suburbanos e urbanos, poderiam ter sido subdivididos. Creio que, com um conhecimento mais completo da situação, o que não nos era possível conseguir em tão curto prazo, teríamos retalhado o território litigioso em 100 ou mais setores. Os resultados do recenseamento confirmam meu modo de ver. O número de boletins C.D. 1.01 foi de 30.157, a quantidade de pessoas recenseadas chegou a 162.052. De acôrdo com as instruções, o número de registros por setor não deveria exceder de 300. Nessa base, para 30.157 registros verificados, teríamos tido a necessidade de 101 setores.

E convém notar, não estão sendo levados em conta os 4 288 registros agrícolas e os 350 comerciais e industriais.

O menor Setor foi o de nº 12, suburbano da cidade de Mantena e o de nº 50, rural. Ambos com 78 boletins registrados. O maior foi o de nº 49, que, mesmo desfalcado da parte com que formou os Setores 50 e 51, contou 1.527 boletins C.D. 1.01, 8.538 pessoas e 23 casas vazias. Fica situado ao norte da cidade de Ataléia, no alto do Ribeirão Santa Cruz. Só êste Setor, já subdividido, equivale a 5, e as partes desmembradas, formando os de nºs. 50 e 51, registrou 1.061 boletins com 5.709 pessoas, equivalendo a mais de 3 setores, no volume de trabalho.

O de nº 50, porém, foi pequeno. Teve somente 78 boletins. De qualquer forma, os três reunidos acusaram 2 588 registros, com 14.247 pessoas recenseadas. Quer dizer que foram três setores que podiam ter sido nove, no mínimo, considerando-se o trabalho que apresentaram.

As causas dessas falhas na divisão dos setores já foram apontadas e se resumem na falta de conhecimento da Zona e de tempo para o conseguir, na medida precisa.

As conseqüências foram o retardamento do serviço, além do fato de me ter afastado das normas e instruções a respeito, embora, involuntariamente, ou melhor, forçado pela ignorância invencível sôbre a real situação dessa pequena região. Penso que, nem mesmo os que lá residem, teriam evitado êsse desajustamento técnico.

A divisão acima referida serviu para todos os censos. A deliberação em causa foi consequência do fato de não haver grandes concentrações de unidades dos outros censos, para justificar outra divisão especial com referência aos Censos Agrícola, Comercial e Industrial, isoladamente.

As suas ocorrências foram, relativamente em tão pequeno número, que se tornaram apenas um adendo ao serviço da coleta demográfica.

Considero de grande utilidade instruir os recenseadores, no futuro recenseamento, no sentido de atualizarem os croquis do setor; quanto a acidentes geográficos. Eles são mais práticos e esclarecidos do que se pode pensar a esse respeito, principalmente os residentes nas regiões em observação e estudo. Orientam-se muito bem, conhecem os rumos dos acidentes e sua extensão aproximada, mas não sabem descrever isso facilmente. É necessário um pouco de paciência e habilidade para inquiri-los a respeito. Do contrário, ficará uma confusão, um acervo de contradições, um labirinto de que não é possível sair. Eles, em geral, respondem o que estão pensando, que nós desejamos saber, e não o que estamos, de fato, perguntando. Têm uma linguagem toda especial, uma terminologia com acepção muito regional e esdrúxula, por vezes, inteiramente diferente do seu real e verdadeiro sentido. Aqui é que é necessário muito cuidado e paciência para perceber o que nos estão informando, com sinceridade e conhecimento perfeito, porém a seu modo.

Mapas de setores

Feita a divisão, cumpria, então, organizar os mapas dos setores para entregar ao recenseador, a fim de orientá-lo no trajeto do seu trabalho, e evitar a confusão na coleta e facilitar o registro de observações sobre a geografia do setor, colhidas para atualizar o mapa geral. Dada a escassez de recursos técnicos, tivemos de nos improvisar cartógrafos e fazer, em separado, os mapas dos 51 setores em que ficou dividida a Zona.

Não foi somente o trabalho de copiar as linhas de contorno dos setores e os acidentes geográficos nele contidos. Havia necessidade de ampliar esses mapas para dar ao recenseador a possibilidade de registrar as divergências e falhas, por acaso encontradas.

Confesso que muito nos custou esse serviço, feito sempre à noite, ainda sob a luz incômoda das lamparinas de querosene. Pois, até então não tínhamos luz elétrica na Delegacia.

Como é evidente, essas ampliações foram feitas sem escala. Terão imperfeições, mas tiveram de nossa parte todo cuidado para não se afastarem de um crescimento, quanto possível, equilibrado e proporcional, em todos os sentidos.

É copia exata desses mapas o que ficou representado no verso das cadernetas. Nêles já estão incluídas as observações e anotações apresentadas pelos recenseadores e que mereceram ser fixadas, depois da verificação cuidadosa de sua realidade.

Essa verificação se procedia através de indagações junto a outras pessoas e de observação pessoal, sempre que possível. Portanto, as alterações apresentadas nos mapas são apenas aquelas cuja realidade pôde ser verificada, pelos processos mencionados.

Segundo essas observações, será forçoso corrigir o mapa atual da Zona. Há rios, erroneamente colocados, como, por exemplo, podemos citar o córrego Oswaldo Cruz, registrado no mapa geral como afluente do Rio 15 de Novembro, quando êle é afluente do Rio 2 de Setembro. Outro caso é o córrego do Café, ao sul, desaguando no Rio São José, quando sua barra é no Córrego Águas Claras. Ocorrências de ordem diversa também foram registradas com referência a outros rios, como o Itabira, Limeira, Peixe Branco e outros.

Classificação de setores,
com relação à distância da sede

Tendo em consideração a distância em que os setores se achavam da sede e, conseqüentemente, o tempo gasto na viagem para alcançar o seu limite mais próximo, de acôrdo com os recursos normais das conduções regionais, foi a seguinte sua classificação:

Setores de um dia de viagem, incluídos os urbanos e suburbanos (4 e 2, respectivamente)	29
Idem de 2 dias de viagem	13
Idem de 3 " " " , inclusive um urbano e outro suburbano	8
Idem de 4 dias de viagem	<u>1</u>
	51

No quadro abaixo se pode ver a relação que existe na densidade demográfica e o maior ou menor afastamento da cidade de Barra de São Francisco, que foi a nossa sede.

DIAS DE VIAGEM	Nº DE SETORES	Nº DE BOLETINS	POPULAÇÃO RECENSEADA	MÉDIA DEMOG. POR BOLETIM
1 dia ...	29	16 719	89 973	5,38
2 dias ..	13	8 968	47 415	5,28
3 dias ..	8	4 002	22 185	5,54
4 dias ..	1	476	2 479	5,20
TOTAL .	51	30 165	162 052	-

Os setores de 3 dias são constituídos pelas bacias do Santa Cruz, Muritiba e Paraju, afluentes do braço norte do Rio São Mateus e que formam a faixa do extremo norte da Zona, confinante com os Municípios mineiros de Teófilo Otoni, Carlos Chagas e Nanuque.

Setores em Zonas insalubres

Os setores à margem do braço Norte do Rio São Mateus, entre a linha de limites pleiteada por Minas Gerais e a foz do Rio Santa Cruz, são palustres.

Tôda bacia do Itaúna, ao Norte da Zona Litigiosa, também é sujeita a febres de caráter palustre e maligno, bem como à boba, à leishmaniose etc. As partes, porém, mais castigadas por essas moléstias e outras, são as margens do Rio 15 de Novembro e 2 de Setembro. A narrativa da devastação ocasionada pelas referidas enfermidades é simplesmente desoladora e aterradora.

Para melhor orientação a respeito vão, a seguir, os números dos setores mais insalubres da Zona: 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, sendo os piores os de n.ºs. 40, 41, 42, 45 e 46.

Propaganda inicial

Não é fácil se fazer propaganda em um meio tão atrasado. Faltam recursos de comunicação e a propaganda da imprensa é de pouca eficiência, devido à percentagem de analfabetos. Mesmo assim, além das notas constantes, transmitidas pelos auto-falantes do Parque "Delma", em Barra de São Francisco, e do estacionado em Mantena, fizemos uma boa distribuição de cartazes, pequenos e grandes.

Mais difundida e de alcance mais profundo foi a distribuição dos "Almanaques". Todo mundo no interior, que sabia ler mal, desejava um almanaque e o lia, de fato, tanto para si, como para os outros que não tinham instrução alguma. Ora, como é sabido, no referido almanaque, havia muita referência aos recenseamentos brasileiros, bem como advertências sobre os deveres do cidadão para com o Censo de 1950. Penso, pelo exposto, que foi esse o melhor meio de propaganda que tivemos na Zona Litigiosa.

Número de auxiliares da delegacia

Tive três funcionários na Delegacia - o Secretário, o Agente de Barra de São Francisco e o Servente.

O primeiro, levado da Capital Federal, pertencente ao quadro da

Secretaria-Geral do I.B.G.E., Sr. Isidoro Pereira Leitão. Foi o meu braço direito. Deixo registrado neste capítulo o meu testemunho de sua aptidão, amor ao trabalho, dedicação e honestidade. Própriamente falando, foi o meu único auxiliar. Nunca recusou trabalho, nem escolheu hora para o executar. Trabalhávamos juntos, da manhã até alta noite, sempre com bom humor e interêsse.

O segundo, Sr. José Bittencourt de Cerqueira fazia algum serviço de datilografia e auxiliou a crítica dos questionários demográficos. Tem pouca inclinação para serviços de carteira. Mesmo assim, a sua contribuição foi interessante.

O terceiro, Sr. Nestor Coelho dos Santos, homem idoso e de pouco preparo, fazia apenas ligeira limpeza diária do prédio e carimbava os questionários. Executava os mandados externos. Era homem sério, honesto e de absoluta confiança. Sempre esteve pronto aos nossos chamados, mesmo extra-expediente e até à noite.

CAPÍTULO III

FASE DE EXECUÇÃO

Regime de trabalho na delegacia

O limitadíssimo número de auxiliares de que dispus, obrigou-nos a um trabalho constante, interrompido apenas pelas horas de refeições e sono,

Com os dois elementos, o Secretário e o Agente de Estatística, tive que suprir tôdas as deficiências dos recenseadores, conferindo os registros nas cadernetas, as séries numéricas (sempre erradas) e fazendo totalmente os quadros-resumo. Nem um dos recenseadores conseguiu preencher por si mesmo o resumo das cadernetas, na última fôlha da capa. Eu os fiz todos.

Daí se conclui que a equipe de que dispunha não era a exigida pelo volume da tarefa a executar. Isto forçou o regime de trabalho extraordinário permanente, isto é, em tôdas as fases da operação: preparatória, a de execução, a de crítica e a de conclusão. Esta última foi tão exaustiva como a primeira.

Esse trabalho extraordinário não se verificava somente pela prorrogação do expediente. Quase sempre, também, pela antecipação do seu início. Muitas vezes, às 5,30 da manhã, já estava eu atendendo a recenseadores que chegavam, ou saíam, e precisavam de alguma providência de última hora.

Setores e respectivos recenseadores

Com 39 recenseadores tive que fazer a coleta de 51 setores em que foi dividida a Zona. O quadro a seguir reflete a situação da distribuição, bem como da época de início e conclusão da coleta e até do dia da entrega final do material à Delegacia.

SETORES		RECENSEADORES		DATAS			
Nº	Situação	Nomes	Nº	Rec. de material	Início da coleta	Conclusão da coleta	Entrega à Delegacia
1	R.	Moacir Chaves	20	21/7/50	27/7/50	2/10/50	14/10/50
2	"	Waltuir Silvano Pereira	1	27/7/50	29/7/50	16/10/50	31/10/50
3	"	Custódio Miguel de Moura ...	3	20/7/50	24/7/50	31/10/50	25/11/50
4	"	José Martins de Souza	4	8/7/50	11/7/50	27/10/50	1/11/50
5	"	Feliz Coelho dos Santos	5	12/7/50	14/7/50	2/9/50	4/9/50
6	"	Narciso Coimbra	6	24/7/50	28/7/50	17/10/50	9/11/50
7	"	Liumbéres dos Reis Mata	7	8/7/50	10/7/50	10/11/50	15/11/50

SETORES		RECENSEADORES		DATAS			
Nº	Situação	Nomes	Nº	Rec. do material	Início da coleta	Conclusão da coleta	Entrega à Delegacia
8	R.	Raimundo Amâncio Araújo	8	20/7/50	24/7/50	9/ 9/50	16/ 9/50
9	U.	Romeu Nogueira Campos	9	30/6/50	1/7/50	15/ 7/50	27/ 7/50
10	"	José Pôncio Sobrinho	10	30/6/50	1/7/50	13/ 7/50	20/ 7/50
11	"	Luís Pôncio	11	30/6/50	1/7/50	12/ 7/50	20/ 7/50
12	S.	Jaci Costa	12	10/7/50	10/7/50	14/ 7/50	24/ 7/50
13	R.	Jurandi Rodrigues Alves	13	13/7/50	14/7/50	26/ 8/50	1/ 9/50
14	"	Jurandi Rodrigues Alves	13	2/9/50	11/9/50	4/10/50	6/10/50
15	"	Hipólito Augusto da Silva ...	2	13/7/50	13/7/50	22/ 9/50	23/ 9/50
16	U.	Josias Mendes de Oliveira ...	16	30/6/50	1/7/50	19/ 7/50	20/ 7/50
17	S.	Francisco Apolinário	15	10/7/50	10/7/50	29/ 7/50	15/ 8/50
18	R.	Martinho Melgaço	18	25/9/50	25/9/50	11/11/50	15/11/50
19	"	Oliverio Cassemiro	17	13/7/50	14/7/50	16/11/50	18/11/50
20	"	Martinho Melgaço	18	11/7/50	12/7/50	19/ 9/50	23/ 9/50
21	"	Josias Mendes de Oliveira ...	16	28/7/50	31/7/50	19/ 9/50	23/ 9/50
22	"	Zulmarino Alves Porto	19	10/7/50	11/7/50	12/10/50	19/10/50
23	"	José Rodrigues de Lima	21	8/7/50	10/7/50	10/10/50	17/10/50
24	"	Evaristo Cezário	31	2/9/50	4/9/50	30/10/50	2/11/50
25	"	Isaias Rosa Vieira	22	15/7/50	20/7/50	10/ 9/50	14/ 9/50
26	"	Antônio José Pinheiro	23	8/7/50	10/7/50	20/10/50	27/10/50
27	"	Gilson Caldas Batista	24	8/7/50	10/7/50	18/ 8/50	21/ 8/50
28	"	Lindolfo Frederico Kaiser ...	25	12/7/50	13/7/50	23/ 8/50	26/ 8/50
29	"	Waldemiro de Souza Pinto	26	8/7/50	10/7/50	25/ 8/50	2/ 9/50
30	"	Dorico Coimbra	27	12/7/50	13/7/50	8/ 9/50	9/11/50
31	"	Antônio Bezerra da Silva	28	11/7/50	13/7/50	11/ 9/50	12/ 9/50
32	"	Olímpio José Dutra	29	8/7/50	10/7/50	25/ 9/50	30/ 9/50
33	"	Hildebrando Soares Teixeira .	30	20/7/50	25/7/50	10/10/50	12/10/50
34	"	Evaristo Cezário	31	8/7/50	10/7/50	25/ 8/50	28/ 8/50
35	"	José Machado	32	8/7/50	10/7/50	22/ 8/50	23/ 8/50
36	"	Eron Bermudes da Rocha	33	17/7/50	20/7/50	19/10/50	27/10/50
37	"	Cartolino Lemos de Souza	39	28/8/50	1/9/50	18/10/50	20/10/50
38	"	Lindiomar Lopes da Silva	34	13/7/50	15/7/50	30/ 8/50	4/ 9/50
39	"	Leonor Pereira de Almeida ...	35	8/7/50	11/7/50	22/10/50	5/11/50
40	"	Waldemiro de Souza Pinto	26	22/8/50	28/8/50	24/10/50	28/10/50
41	"	Levítico Sebastião de Freitas	36	13/7/50	17/7/50	30/ 9/50	4/10/50
42	"	Lindiomar Lopes da Silva	34	8/9/50	12/9/50	19/12/50	14/ 2/51
43	"	Cartolino Lemos de Souza	39	27/7/50	1/8/50	21/ 8/50	27/ 8/50
44	"	Sílvio Ribeiro	37	11/7/50	15/7/50	19/ 9/50	6/10/50

SETORES		RECENSEADORES		DATAS			
Nº	Situação	Nomes	Nº	Rec. do material	Início da coleta	Conclusão da coleta	Entrega à Delegacia
45	R.	José Machado	32	31/ 8/50	16/ 9/50	25/ 9/50	12/10/50
46	"	Tito Nascimento	14	13/ 7/50	16/ 7/50	8/11/50	15/11/50
47	U.	Cartolino Lemos de Souza	39	30/ 6/50	1/ 7/50	2/ 7/50	21/ 7/50
48	S.	Cartolino Lemos de Souza	39	2/ 7/50	3/ 7/50	3/ 7/50	21/ 7/50
49	R.	Tolentino Xavier Ribeiro	38	10/ 7/50	14/ 7/50	23/10/50	28/10/50
50	"	Antônio Bezerra da Silva	28	5/10/50	9/10/50	14/10/50	20/10/50
51	"	Tolentino Xavier Ribeiro	38	4/11/50	7/11/50	15/11/50	22/11/50

Os setores 7, 25, 33, 42, 49 e 51 foram trabalhados por mais de um recenseador, sendo que o 42 teve 3 e o 51 ocupou 5 agentes, a fim de apressar a coleta que estava retardada. Os elementos que coletaram o Setor 51 já haviam concluído seus primeiros setores.

Os setores 8 e 46 foram refeitos por outros recenseadores, de sorte que, também êsses foram trabalhados por mais de um homem. Em capítulo especial tratarei do caso desses dois últimos.

Equipamento e material para os recenseadores

Cada um levou uma pasta, uma borracha, cadernetas do Censo Demográfico e Agrícola, boletins dos 3 censos, uma fôlha com a descrição dos limites do setor e um pequeno mapa em tamanho de papel para ofício, para ser utilizado com as observações feitas in loco. Mande fazer 50 tábuas de compensado, nas dimensões de 0,38 x 0,25 m. com 2 furos nas extremidades, nos quais se prendia um grosso cordão, a fim de permitir seu transporte a tira-colo. A finalidade dessas tábuas era servir de mesa ambulante, uma vez que, pelas matas, o pobre não tem nem em que se sentar, quanto mais mesa para escrever. Tendo os recenseadores dessa região péssima caligrafia, mesmo escrevendo sôbre mesas firmes, imagine-se o que não seria se tivessem que escrever sem uma superfície lisa e firme de apoio.

Qualidade dos primeiros trabalhos apresentados

Por cautela, demos somente 100 boletins C.D.1.01 a cada recenseador, exceto aos que iam trabalhar em setores de 3 dias de viagem e mais. Essa medida teve a finalidade de obrigar o recenseador a voltar à Delegacia tão logo êsse material estivesse preenchido.

O nosso intuito era examinar, imediatamente, os serviços de cada um, para orientar os trabalhos posteriores e evitar maior número de correções, caso houvesse falhas nos boletins, então apresentados. O resultado foi ótimo, porque, apesar das instruções tão claras, objetivas e recentes, muitos estavam fazendo confusões inexplicáveis. Dessa forma, conseguimos evitar grande perda de material e tempo. Evitamos, igualmente, grande aumento de trabalho para nós da Delegacia.

Em que pese todo nosso esforço para fazer com que êles preenchessem suas cadernetas, não conseguimos que fizessem mais do que o registro do boletim, do nome do informante ou recenseando e o número de pessoas encontradas no domicílio. Mesmo assim, houve vários enganos quanto ao número do boletim e a quantidade de pessoas nêle registrados.

Tais equívocos ora favoreciam o recenseador, ora o prejudicavam, de sorte que não se pode dizer que estivessem sendo praticados de má fé. Era a resultante da falta de prática, da displicência e desatenção. Daí ter o pessoal da Delegacia, isto é, eu e o Secretário, de suprir essas deficiências, ora corrigindo o material recolhido à Delegacia, ora fazendo-o ou refazendo-o completamente.

No tocante à caligrafia, asseio e ordem, observância das prescrições para o preenchimento dos formulários, principalmente das cadernetas, em geral, não era de boa apresentação o serviço. Muito nos custou, em tempo e arranjo de processos, melhorá-lo com as mais breves e indispensáveis correções para o tornar apresentável e aceitável.

Censo demográfico

Dadas as circunstâncias especiais do campo em que se processou a coleta demográfica, quer quanto às condições de transporte, comunicações etc., quer quanto ao nível intelectual dos recenseadores e recenseandos, estou certo de que as cifras do Censo Demográfico se aproximam da realidade, o mais possível.

Por um lado, no que se refere à evasão, tomei tôdas as precauções para que não escapasse uma só pessoa. Entretanto, não me surpreenderei se vier a ficar demonstrado que isto aconteceu, se bem que, até o momento, nada tenha surgido que possa justificar a mais pequena falha.

Isto, porém, não equivale a assegurar que não tenha havido alguma falha. Seria ridículo que eu supusesse não haver alguém que não se tenha recenseado. Mas, para reduzir ao mínimo essa possível e provável evasão, é que, a todo propósito e por tôda parte onde passávamos (o Secretário da Delegacia, o Agente de Estatística ou eu), sempre indagávamos se o recenseador havia percorrido aquela região, se conheciam alguém que não tivesse sido recenseado, ou mesmo

se ouviram falar em casos dessa ordem.

Algumas respostas a essas perguntas denunciaram falhas. De conformidade com os esclarecimentos sôbre o caso, tive que fazer voltar o Recenseador, ou ir o Secretário, ou eu mesmo, ao local, a fim de acertar a situação. Somente quando a localidade não ficava muito distante é que ia o Secretário da Delegacia, com o duplo intento de corrigir a falha denunciada e fazer uma verificação local sôbre o serviço do recenseador. Nos lugares mais distantes, ia o próprio recenseador, uma vez que os trabalhos da Delegacia não nos permitiam de moradas ausências.

Nas zonas urbana e suburbana de Barra de São Francisco e Mantena foram feitas várias revisões. Constantemente, estão chegando novos moradores para essas cidades. Eram, então, procurados e, se não estavam recenseados em outro lugar, preenchiam o C.D.-1.01, ou outro formulário, conforme o caso requeria.

Quanto ao grande aumento demográfico, de quase 150% em relação a 1940, julgo não ser o mesmo exagerado. Penso ser a expressão mais aproximada da realidade. Assim, me expressei, louvando-me nas informações que tive, constantemente, de vários moradores da Zona. Falavam-me êles no grande desenvolvimento que se estava processando na Zona, no seu povoamento, em escala acelerada e alguns, mais esclarecidos, chegavam a dar sugestões sôbre o cômputo geral, variando entre 140 000 e 160 000 habitantes. Eu, porém, achava que essas cifras eram otimistas, mas os resultados apurados demonstraram que a previsão dêles era acertada.

Finalmente, tudo que estava ao nosso alcance foi feito para se chegar a resultados dignos de fé. Diante disso, acho que se pode confiar nas cifras da coleta do Censo Demográfico por mais surpreendentes que elas se tenham apresentado.

Censo agrícola

Os resultados dêste censo não me parecem representar a realidade completa. Estou propenso a crer que os dados apresentados, embora assinalem um grande surto em relação a 1940, ainda assim, estão aquém da realidade. Não a retratam, plenamente. Três motivos, ao meu ver, respondem por essa falha, que não me foi possível evitar.

Primeiro, pelo fato de haver grande número de pequenas propriedades com exploração agrícola insignificante e que o A.R. deixou de registrar, pelo motivo exposto, ou porque, ao passar por elas, nem pode perceber o seu aproveitamento sob o aspecto agropecuário, para tratar de preencher o boletim. Há muitos nesse caso.

Segundo, porque o recenseando dava com relativa facilidade os da

dos sobre sua família, porém sempre achava dificuldades invencíveis para responder aos quesitos do questionário agrícola. Pensam sempre em ocultar a verdade a respeito, suspeitando tratar-se de medidas que redundem em aumento de encargos para com o fisco. A maioria dos informantes, para cortar pela raiz, o embaraço em que se encontrava, dizia logo que não tinha exploração agrícola. Outros, mais sinceros, confessavam que haviam cultivado a terra, porém nenhuma anotação haviam feito sobre os assuntos do questionário. Daí, nada poderem responder.

Terceiro, a falta de habilidade por parte do recenseador, para conseguir alguma coisa nesses casos. Os recenseadores, nessas regiões, como já referi, são recrutados entre homens de pouca cultura e quase nenhum traquejo. Isso os impossibilita de sentir a sonegação dos dados por parte do informante e de engendrar meios indiretos por onde venha conhecer a verdade que lhe é ocultada.

Por êsses motivos é que suponho que os resultados do Censo Agrícola, representam apenas, 80% da realidade,

Procurei, com esclarecimentos e instruções aos recenseadores, reduzir os efeitos dessas causas, porém estou certo de que não consegui anular, por completo, as suas conseqüências.

Censos econômicos

À semelhança do Censo Agrícola, considero muito relativo o resultado dos demais Censos Econômicos. Há setores em que não se registraram atividades econômicas. À primeira vista, isto parece impossível. Entretanto não o é.

No interior da região há pequenas zonas em que não se encontra uma casa de comércio. O povo não acha dificuldade em se locomover 3 ou 4 léguas para ir ao comércio do povoado mais próximo se abastecer. E o faz, pondo de lado o esforço da caminhada, porque as mercadorias, nos centros maiores e mais próximos das cidades só podem ser mais baratas. A diferença de um cruzeiro para aquela gente, muitas vezes, é suficiente para justificar a cansaça da viagem ao povoado.

Desta forma, todo aquêle que tentar comerciar nessas zonas, tem que fracassar, pois não poderá fazer os preços dos colegas dos povoados, uma vez que as mercadorias lhe chegam bem mais encarecida pelo acréscimo dos fretes. Do outro lado, o interessado prefere andar 3 léguas para não pagar o artigo por mais um ou dois cruzeiros, conforme ficou exposto acima.

As reduzidas casas de comércio que ainda aparecem pela mata, pertencem a agricultores que têm aquêle negócio como um suplemento, uma coisa acessória. Não fazem daquilo a fonte principal de suas rendas. Em geral, a mu-

lher, um filho ou filha de mais de 10 anos, toma conta da venda e o chefe da família fica com o encargo das derrubadas, da queimada e do plantio dos roçados, ou do corte de madeiras de qualidade.

Um outro motivo da precariedade dos resultados dêste censo decorre da própria situação de território em litígio. Os comerciantes, valendo-se dêsse pretexto, não pagam impostos a nenhum dos Estados. Desta irregularidade segue-se, forçosamente, a falta, à primeira vista inexplicável, de alguns não registrarem nos boletins as importâncias pagas sob êsse título. Por aí, também se pode avaliar, em grosso, a apreciável quantia de cruzeiros em que são defraudados os erários de Minas Gerais e Espírito Santo.

A cifra de capitais invertidos no comércio, em tôda Zona, segundo a apuração preliminar dos boletins, chega a Cr\$14.767.300,00, sendo que a cidade de Mantena concentra o equivalente a Cr\$4.306.000,00 e a de Barra de São Francisco registra apenas a Cr\$1.465.600,00.

Cumprê esclarecer que essas cifras não representam mais a realidade atual. Elas se referem à situação em 31/12/1949. Em 1950, porém, foram instaladas novas casas comerciais e em número bastante elevado. Não é exagero se afirmar que houve em 1950 um aumento de 100%. Levando-se em conta que essas novas casas são, quase sempre, maiores e melhores supridas que as antigas, conclui-se que o atual capital do comércio, na Zona Litigiosa, também cresceu de 100%, ou mais. Diante do exposto, não é temerária a estimativa de Cr\$35.000.000,00, como capital empregado, exclusivamente, no comércio.

Contudo, conforme ficou visto, as apurações dos boletins do Censo Comercial não autorizam essa conclusão. Razão porque considero o resultado dêste censo bastante desatualizado e precário, até mesmo em relação a 1949, pelos motivos expostos no início dêste capítulo.

Registros de casas vazias

Desde o início dos trabalhos de coleta íamos observando que, em certos setores, havia um número crescido de registros de casas vazias. Fizemos advertências aos recenseadores e esclarecíamos, então, que não deviam registrar casas velhas, abandonadas, ou casebres sem habitantes. Eles respondiam a essas observações alegando que nenhum dos registros feitos na caderneta se referia aos exemplos apontados. Não tínhamos elementos para contestar essas afirmativas, nem convinha demonstrar falta de confiança no recenseador, tal a dificuldade de os conseguir, ali na Zona. Era prudente esperar, fazer um estudo em lugares diversos, quer por observações locais, quer por investigações feitas junto a pessoas que parecessem fidedignas e capazes de prestar esclarecimentos a respeito. Assim fiz. Como resultado cheguei a conclusão que qualquer percentagem superior a 6% de casas desocupadas, na zona rural, seria para

suscitar dúvidas sobre sua realidade. Alguns recenseadores também acharam que o resultado das minhas pesquisas a esse respeito refletia a realidade.

Diante disso, estabeleci que os registros de casas vazias, só seriam pagos até uma base de 7% em relação ao número de boletins empregados em cada setor rural. Excectuei os setores urbanos e suburbanos, porque, com experiência pessoal feita em Ataléia, vi que a referida base era muito baixa, nesses casos, e podia variar de acordo com a fase de coleta. Para essa classe de setores, portanto, não estabeleci limites.

A proporção que os recenseadores iam concluindo seus setores e regressavam à Delegacia Especial para entrega dos formulários preenchidos, eu os ia pondo a par de minha deliberação sobre a percentagem de casas vazias, para o feito de pagamento. Alguns, sobretudo os que haviam excedido em muito o limite fixado, reafirmaram ter registrado a realidade. Fiz-lhes sentir, então, que não duvidava da honestidade deles, mas, certamente, eles teriam incluído unidades que não deveriam ser registradas, tendo em vista seu estado de ruína ou insignificância. Eles confessaram que, em certos casos, a minha suposição era verdadeira. Observei-lhes que não me era possível fazer uma verificação individual, e que teria que estabelecer um critério geral a respeito. Então, aceitaram a minha determinação sem se considerarem magoados.

As conseqüências dessa medida se patenteiam no quadro que se segue:

Nº DO SETOR	DIAS DE VIAGEM	BOLETINS PREENCHIDOS	REG. NÃO DOMICILIARES	PERCENTAGEM VERIFICADA	QUANTIDADE MÁXIMA ACEITÁVEL	EXCESSO A DEDUZIR	VALOR EM Cr\$..
1	2	924	73	7,9	65	8	28,80
2	2	1 021	31	3,0	-	-	-
3	2	1 553	120	7,7	108	12	28,80
4	1	793	20	2,5	-	-	-
5	1	567	29	5,1	-	-	-
6	1	1 117	76	7,0	-	-	-
7	1	1 093	38	3,4	-	-	-
8	1	498	-	-	-	-	-
13	1	644	50	7,8	45	5	12,00
14	1	347	28	8,1	24	4	9,60
15	1	304	26	8,6	21	5	12,00
18	1	559	1	0,17	-	-	-
19	1	909	22	2,4	-	-	-
20	1	831	13	1,5	-	-	-
21	1	603	54	9,0	42	12	28,80
22	1	787	29	3,6	-	-	-

Nº DO SETOR	DIAS DE VIAGEM	BOLETINS PREENCHIDOS	REG. NÃO DOMICILIÁRIAS	PERCENTAGEM VERIFICADA	QUANTIDADE MÁXIMA ACEITÁVEL	EXCESSO A DEDUZIR	VALOR EM Cr\$..
23	2	561	7	1,2	-	-	-
24	1	790	45	5,7	-	-	-
25	1	372	19	5,1	-	-	-
26	1	1 087	34	3,1	-	-	-
27	1	520	25	4,9	-	-	-
28	1	310	48	15,6	22	26	62,40
29	1	522	74	14,1	37	37	88,80
30	1	652	72	9,0	45	27	64,80
31	1	669	37	5,5	-	-	-
32	1	884	66	7,5	62	4	9,60
33	1	743	37	5,0	-	-	-
34	2	627	66	10,5	44	22	79,20
35	2	598	55	9,2	42	13	46,80
36	2	796	38	4,7	-	-	-
37	2	691	111	16,1	49	62	223,20
38	2	415	6	1,4	-	-	-
39	2	249	26	10,5	17	9	32,40
40	2	298	51	11,7	21	30	108,00
41	2	498	102	20,8	35	67	241,20
42	2	737	14	1,9	-	-	-
43	3	302	80	27,0	21	59	283,20
44	3	607	53	8,7	42	11	39,60
45	3	229	29	12,8	16	13	46,80
46	4	476	10	2,1	-	-	-
49	3	1 527	23	1,5	-	-	-
50	3	78	2	2,8	-	-	-
51	3	974	11	1,1	-	-	-
	-	28 762	1 751	4,6	-	426	1 446,00

Tivemos, então, na zona rural 28 762 boletins preenchidos com o registro de 1 751 casas não domiciliárias. O excesso desses registros, por ultrapassarem a 7%, em alguns setores, foi de 426. Foram, portanto, aceitos 1 325, para efeito de pagamento. Comparada esta última cifra com o número de boletins (28 762), dá a média geral de 4,6 casas vazias para cada 100 boletins. Percentagem que me parece perfeitamente aceitável e nada exagerada.

Das reduções acima mencionadas, resulta que o número de registros de Unidades não domiciliárias dos setores 1,3,13,14,15,21,28,29,30,32,34,37,39,

40, 41, 43, 44 e 45, dezenove ao todo, não vai corresponder ao da fôlha de cálculos básicos para pagamento. Nesse documento êles apareceram diminuídos de tantas unidades, quantas foram deduzidas, como excedentes da quota máxima aceitável. Essa discordância será também observada no boletim resumo. Aqui fica a sua explicação e justificativa. A circular DT/1296, de 25/10/50, recebida posteriormente, veio confirmar o acêrto da determinação a respeito.

Marcha da coleta e seu custo

Em primeiro lugar, focalizemos o Censo Demográfico. O quadro que vai abaixo com suas 27 apurações, mostra o andamento da coleta, a média de densidade domiciliária, o custo médio por pessoa (incluindo-se o pagamento do registro do formulário) e por boletim com as respectivas pessoas.

MOVIMENTO ATÉ ..	PESSOAS RECENSEADAS		BOLETINS PREENCHIDOS		CUSTO TOTAL	MÉDIA DE PESSOAS P/ DOMICÍLIO
	Quantidade	Custo médio	Quantidade	Custo médio	Cr\$	
25/ 7/50	7 410	1,24	1 412	6,54	9 242,00	5,24
31/ 7/50	12 465	1,59	2 408	8,27	19 916,60	5,17
2/ 8/50	19 002	1,72	3 760	8,93	33 593,00	5,21
12/ 8/50	21 970	1,68	4 188	8,86	37 116,20	5,24
15/ 8/50	30 260	1,73	5 710	9,15	52 271,00	5,29
19/ 8/50	33 147	1,71	6 250	9,10	56 902,40	5,30
21/ 8/50	38 455	1,69	7 246	9,00	65 247,20	5,30
24/ 8/50	42 179	1,70	7 882	9,13	71 977,60	5,35
26/ 8/50	45 602	1,70	8 499	9,12	77 577,40	5,36
29/ 8/50	50 293	1,73	9 352	9,34	87 385,60	5,37
31/ 8/50	53 275	1,75	9 932	9,43	93 739,60	5,36
1/ 9/50	56 127	1,75	10 452	9,43	98 645,20	5,27
5/ 9/50	63 970	1,72	11 887	9,28	110 356,60	5,38
6/ 9/50	66 367	1,72	12 305	9,30	114 451,40	5,39
15/ 9/50	75 872	1,73	14 056	9,34	131 340,80	5,39
19/ 9/50	79 679	1,72	14 819	9,27	137 385,80	5,37
23/ 9/50	86 684	1,71	16 102	9,25	149 031,20	5,38
30/ 9/50	92 622	1,74	17 215	9,40	161 963,60	5,38
7/10/50	100 545	1,75	18 723	9,43	176 616,20	5,37
14/10/50	106 233	1,77	19 759	9,55	188 876,20	5,37
21/10/50	114 859	1,78	21 371	9,54	204 027,40	5,37
31/10/50	121 289	1,78	22 571	9,58	216 454,60	5,37
6/11/50	127 528	1,78	23 769	9,55	227 195,40	5,36

MOVIMENTO ATÉ ..	PESSOAS RECENSEADAS		BOLETINS PREENCHIDOS		CUSTO TOTAL	MÉDIA DE PESSOAS P/ DOMICÍLIO
	Quantidade	Custo médio	Quantidade	Custo médio	Cr\$	
18/11/50	140 568	1,75	26 226	9,41	246 889,60	5,35
30/11/50	148 376	1,76	27 673	9,44	261 326,40	5,36
2/12/50	159 024	1,79	29 730	9,62	286 025,00	5,34
14/ 2/52	162 052	1,77	30 156	9,54	287 825,00	5,37

Como se vê, no início dos trabalhos (25/7/50), o recenseamento de cada pessoa custava Cr\$1,24, ficando o preço de cada boletim Cr\$6,54. Tratava-se evidentemente da população urbana e suburbana de Barra de São Francisco e de Mantena. Essas médias foram subindo a proporção que crescia o contingente da zona rural. Ao encerrar a coleta, a despesa por pessoa passou a custar Cr\$1,77, isto é, 53 centavos a mais. Quanto aos boletins, verificamos que encareceram, em média, três cruzeiros, em relação aos da primeira apuração. A média domiciliária, no curso da operação, oscilou entre 5,17 e 5,39, fixando-se no final em 5,37. Quer me parecer que esta densidade reflete, realmente, a situação.

Em segundo lugar, vejamos o Censo Agrícola. Como para com o Censo Demográfico, fotografemos a situação com um quadro em que se destaquem as datas das apurações realizadas, a quantidade e espécie dos boletins preenchidos, o número dos informantes, o valor total do serviço e o custo médio do boletim.

MOVIMENTO ATÉ ...	BOLETINS PREENCHIDOS				PROPRIEDADES RECENSEADAS	CUSTO Cr\$..	
	2.01	2.02	2.03	Nº de informantes		Total	Médio
15/ 9/50	504	89	-	255	504	2 788,50	5,53
19/ 9/50	955	177	-	415	955	5 364,50	5,61
23/ 9/50	1 192	185	-	429	1 192	6 470,10	5,42
30/ 9/50	1 302	208	-	477	1 302	7 012,50	5,38
7/10/50	1 360	230	-	522	1 360	7 323,60	5,38
14/10/50	1 675	343	-	831	1 675	9 547,50	5,70
21/10/50	2 011	348	-	993	2 011	11 406,90	5,67
31/10/50	2 498	470	1	1 216	2 498	13 977,00	5,59
6/11/50	3 017	524	8	1 485	3 017	16 805,70	5,57
30/11/50	3 896	671	8	1 527	3 896	22 546,50	5,77
2/12/50	4 280	695	8	1 621	4 280	23 869,50	5,56

Verifica-se que fizemos 11 apurações no período de 15/9 a 2/12. Coletamos 4 288 formulários em 4.280 propriedades, onde residiam 1 901 informantes. O custo médio de boletim variou entre Cr\$5,38 e 5,77. Na conclusão do trabalho desceu para Cr\$ 5,56, preço médio geral.

Enfim, temos os Censos Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços. Nos setores rurais eram levantados pelo respectivo recenseador. Nas zonas urbana e suburbana de B. de S. Francisco e Mantena (6 setores) foram feitos por um só recenseador, Sr. Gilson Caldas Batista. Os 2 setores de Ataléia foram coletados pelo recenseador, Sr. Toletino Xavier Ribeiro. Ambos receberam instruções mais completas a respeito, porquanto se tratava dos centros mais adiantados da Zona e onde as ocorrências eram mais numerosas e menos simples.

Por serem muito poucos os boletins, só foi feita a apuração final que registrou o seguinte resultado:

Boletins preenchidos	Custo global	Custo médio
350	Cr\$3 313,20	Cr\$9,46

Sobre o valor do resultado dos Censos Agrícola e Econômicos, no que tange a quantidade de unidades pesquisadas, já me manifestei em capítulo especial.

Recenseadores que mais se distinguiram

Ficem aqui relacionados os que trouxeram à Delegacia os melhores trabalhos:

Oliveiro Cassimiro	- Setor 19
Martinho Melgaço	- Setores 18 e 20
Everisto Cesarino	- " 34 e 24
Zulmarino Alves Porto	- Setor 22
Gilson C. Batista	- Setores 27 e parte dos 25 e 51
Romeu Nogueira Campos	- Setor urbano nº 9
Antônio José Pinheiro	- Setor 26
Lindimar Lopes da Silva	- Setores 38 e 42

Dos dois recenseadores de 1940, um se distinguiu pelo esforço, dedicação, honestidade - o Sr. Tolentino Xavier Ribeiro. Entretanto, foi descuidado na caligrafia e na numeração dos registros nas cadernetas. Foi quem apresentou maior número de boletins coletados e de pessoas recenseadas. Devo acrescentar que esse recenseador fez também os Censos Econômicos dos Setores nºs. 47, 48, 49 e 51. Foi um ótimo elemento.

O Sr. José Machado, dos setores 35 e 45, teve, depois de concluir dos êsses setores, que me auxiliar no trabalho de refazer o setor 46. Pela sua dedicação, zelo e honestidade, merece aqui uma menção especial. Mesmo doente e ameaçado pelo ex-companheiro, cujo trabalho êle refazia, não abandonou a lu

ta senão depois de concluída a tarefa que lhe havia sido confiada.

Repetição de coleta

A coleta teve que ser repetida em dois setores, os de nºs. 8 e 46. O primeiro trabalhado, inicialmente, pelo Sr. Raimundo Amâncio de Araújo, e, o segundo, pelo Sr. Tito Nascimento. Ambos apresentaram trabalhos aceitáveis sob o ponto de vista material, quer no tocante ao questionário, quer à caderneta. O do setor 8, Raimundo Amâncio de Araújo, foi denunciado por pessoa moradora no setor, Sr. Sebastião Firmino da Silva, queixando-se de que não havia sido recenseada e enumerando vários outros casos semelhantes ao seu.

Examinados os boletins do córrego onde residia o denunciante, verificou-se que êle estava recenseado e havia assinado o boletim, ou melhor, os boletins -- C.D. 1.01 e C.A. 2.01. Mas o Sr. Sebastião F. da Silva não se conformou e provou que a sua assinatura tinha sido falsificada, assinando, várias vezes, e demonstrando a diferença entre as dos boletins e as então feitas em nossa presença. Contestou, ainda, a veracidade das informações contidas nos questionários que figuravam como sendo seus, bem como em vários outros de pessoas suas conhecidas. Nessa altura, o recenseador culpado já havia dado por concluído o seu setor e recebido a primeira quota, de acôrdo com as instruções da Res. Censitária nº 6, de 31/3/1950.

Chamado à Delegacia, foi repreendido, demitido e avisado de que não receberia mais a 2ª quota referente ao trabalho apresentado, porque êsse fôra feito com desonestidade.

O do setor 46, Tito Nascimento, também procedeu de maneira mais ou menos idêntica. Não percorreu o setor e preencheu a maioria dos questionários no hotel. Houve denúncia da irregularidade. Mandeí fazer uma sindicância pelo Recenseador José Machado e a documentação trazida, constante de vários depoimentos escritos, demonstrou a procedência da acusação. Também já havia dado por concluído o seu setor e recebido a 1ª quota dos trabalhos. Como seu colega Raimundo Amâncio de Araújo, foi repreendido, destituído da função e deixou de receber a 2ª quota.

Diante disso, não merecendo confiança os serviços feitos pelos dois mencionados recenseadores, só me restava mandar refazer a coleta e pagar integralmente ao novo recenseador. Para o setor nº 8, designei o Sr. José Rodrigues de Lima, que já havia concluído o setor nº 23, e, posteriormente, para auxiliá-lo, o recenseador Olímpio José Dutra, que também tinha concluído todo o setor nº 32 e grande parte do setor nº 7. Para o setor nº 46, mandei o Sr. José Machado, que fêz o setor nº 35, e já havia feito a sindicância referida atrás. Todos êstes se desempenharam a contento da incumbência recebida.

Conclusão da coleta

É fato que somente a 19 de dezembro foi preenchido o último boletim demográfico. Entretanto, desde meados de novembro os serviços estavam concluídos em todos os setores, menos no setor nº 42, que, por suas dificuldades especiais, quer em relação a reduzida densidade demográfica, conforme era previsto, quer em referência a insalubridade da região, só pode ser atacado em fins de outubro. Nenhum recenseador o quiz, a não ser o Sr. Lindiomar Lopes da Silva, após concluir o setor nº 38. Esse recenseador foi atacado de febres durante o serviço. Teve que interrompê-lo por mais de 20 dias. Daí a razão do retardamento da conclusão da coleta.

Não fôra o setor 42 com suas temíveis e desfavoráveis condições de trabalho, tudo estaria concluído em 20 de novembro, isto é, teríamos avançado em um mês o encerramento dos trabalhos. Mesmo assim, considerando que levamos 5 meses e meio na coleta e recenseamos 162 052 pessoas, segue-se que o rendimento dos serviços subiu a uma média mensal de 29 464 pessoas, ou seja, de 1 178 pessoas por dia, excluídos os domingos.

Penso que essa cifra apresenta uma boa média de rendimento, atendendo as dificuldades do ambiente e a qualidade de elemento humano de que pudemos dispor, mas, cuja boa vontade e esforço aqui ficam demonstrados de maneira insofismável. Com tôdas as suas deficiências foram êles colaboradores dedicados.

É, pois, de inteira justiça, deixar aqui consignada a homenagem de meu reconhecimento e admiração para com êsses 37 homens que, apesar das deficiências, fizeram o que melhor podiam fazer, em prol do andamento e correção dos serviços que lhes foram confiados.

Pagamentos a agentes recenseadores

A proporção que os recenseadores vinham à Delegacia recolher questionários coletados, depois de examinado o material no tocante ao preenchimento de todos os quesitos, à assinatura, ao número de pessoas e ao registro correspondente na fôlha da caderneta, recebiam 50% do trabalho apresentado e aceito, de conformidade com as instruções a respeito.

Alguns recenseadores firmaram vários recibos, e não apenas 2, como aconselhavam as normas emanadas da D.A.. É que se tratava, em geral, de homens pobres e que necessitavam de dinheiro para atender aos compromissos pessoais e de família, quase sempre. Em vez de lhes fazer adiantamentos, achei mais prudente permitir essa multiplicidade de pagamentos, sempre na razão direta do trabalho realizado.

Com referência ao parcelamento dos pagamentos em duas prestações, sendo a primeira de 50% no máximo, e a segunda depois de encerrado todo setor e criticados os boletins, tenho a informar que é uma medida de grande interesse e acerto. De outra forma, difícil seria fazer com que os recenseadores efetuassem as correções necessárias, ou copiassem as folhas de cadernetas que se encontravam borradas, sujas, erradas, e cuja substituição se impunha para a apresentação de um trabalho limpo, ou, pelo menos, intelegível. Em alguns casos, é este o meio único de que pode dispor o S.N.R. para assegurar a conclusão dos trabalhos iniciados, de maneira menos imperfeita possível.

A retenção da metade do pagamento, até o final do serviço de cada setor e sua respectiva crítica, é uma medida de prudência que se impõe sob todos os aspectos. Sem isso muitos setores teriam sido iniciados e abandonados, causando sérios atropelos, já pelo exemplo de desânimo, o qual iria dificultar a aquisição de novo recenseador, já pela atrapalhação e acúmulo de serviço na identificação da parte realizada e da outra a ser atacada no setor interrompido e abandonado. Julgo, assim, de toda conveniência a manutenção do sistema de pagamentos parcelados.

Finanças

A Delegacia Especial, de junho de 1950 a fevereiro de 1951, recebeu a dotação de Cr\$403 570,40 e mais Cr\$13 039,00 de venda de móveis, de conformidade com a autorização constante do ofício D.SM/3742, de 3 de novembro de 1950.

A despesa elevou-se a Cr\$402 765,10, assim discriminada:

Manutenção da Delegacia Especial, (pessoal, material etc.)	83 405,20
Recenseadores	315 007,70
Serviços refeitos	<u>4 352,20</u>
Total:	402 765,10

Houve um saldo de Cr\$13 844,30, que foi recolhido de duas vezes, pelas Guias nºs. 283/50 e 28/51, de 27/XII/50 e 27/II/51, respectivamente.

As despesas de coleta relativas a cada censo se representam da forma abaixo mencionada:

Censo Demográfico -

Pessoas recenseadas - 162 062	97 237,20
Registros em cadernetas - 30 182 ..	185 747,60
Casas vazias - 1 325	<u>4 840,20</u>
Total:.....	287 825,00

Censos Econômicos -

Questionários preenchidos - 350 ..	1 680,00
Registros em cadernetas - 350 ...	<u>1 633,20</u>
Total:	3 313,20

Censo Agrícola -

Questionários preenchidos - 4 280.	10 288,80
Informantes - 1 621	486,30
Registros em cadernetas - 4 287 ..	<u>13 094,40</u>
Total:	23 869,50

Os balancetes mensais e os respectivos comprovantes de tôdas des pesas foram apresentados, na devida época, à Divisão Administrativa do S.N.R.

Convém deixar consignado aqui que os descontos feitos nos salários do Sr. Izidoro Pereira Leitão, tanto a favor do IPASE, como da CICT, foram recolhidos aos citados órgãos conforme guias 16/51 e Rid. 288/51 do IPASE, 3 e 65 da CICT, de 6/1/51 e 26/II/51. O período a que se referem essas contribuições é de 8 meses, isto é, de junho de 1950 a janeiro de 1951, inclusive. As contribuições do IPASE montaram a Cr\$980,00, as da CICT a Cr\$196,00.

Relação do material recebido e utilizado

Para se ter uma idéia conjunta do volume do material recebido e das oportunidades de sua aplicação, vai, a seguir, um quadro focalizando não só os dois aspectos acima referidos, mas também a parte que se estragou em instruções e o saldo entregue à I.R. do Espírito Santo, em Vitória, a 21/12/50.

MATERIAL DE COLETA RECEBIDO, PREENCHIDO, INUTILIZADO
E SALDO ENTREGUE À I.R. DO ESPÍRITO SANTO

MODELOS	QUANTIDADE			Saldo entregue à IR/ES
	Recebida	Utilizada	Inutilizada	
CD - 1.01	(1) 32 100	30 361	759	980
CD - 1.02	110	31	22	57
CD - 1.03	1 100	334	76	690
CD - 1.04	470	-	-	470
CD - 1.20 C	180	128	30	22
CD - 1.20 F	1 080	836	144	-

MODELOS	QUANTIDADE			Saldo entre gue à IR/ES
	Recebida	Utilizada	Inutilizada	
CD - 1,30	120	51	3	66
BR - C D	15	6	3	6
CA - 2.01	4 450	4 279	71	100
CA - 2.02	1 530	698	52	780
CA - 2.03	100	9	3	88
CA - 2.20 C	106	102	4	-
CA - 2.20 F	337	158	49	130
CA - 2.30	77	51	3	23
CA - B R	20	6	4	10
CI - 3.01	80	5	5	70
CI - 3.02	227	2	5	220
CI - 3.03	30	-	-	30
CI - 3.04	30	-	-	30
CI - 3.07	30	-	-	30
CI - 3.08	100	3	5	92
CI - 3.09	25	-	-	25
CI - 3.10	195	48	22	125
CI - 3.11	25	-	-	25
CI - 3.12	45	-	-	45
CI - 3.13	30	-	-	30
CI - 3.14	20	-	-	20
CI - 3.19	22	-	-	22
CC - 4.01	460	217	53	190
CC - 4.02	20	1	3	16
CC - 4.04	20	-	-	20
CC - 4.05	20	1	2	17
CPS - 5.01	130	49	18	63
CPS - 5.02	30	15	7	8
CPS - 5.02 A	30	5	5	20
CPS - 5.03	30	6	5	9
CPS - 5.04	30	-	-	30
CE - 0.20 C	80	65	6	9
CE - 0.20 F	80	61	7	12
CE - 0.30	80	40	9	31
CE - B R	21	8	5	8
Bolsas	(2) 105	80	34	71

- (1) - Nesta cifra estão incluídos 300 formulários recebidos da I.R. do Espírito Santo e 3 400 da Agência de Ataléia.
- (2) - As noventa e três bôlsas, que puderam ser aproveitadas, foram restituídas ao S.N.R. no Rio de Janeiro.

Devo esclarecer que do material enviado para Ataléia, pelo S.N.R., apenas retirei 3 400 formulários C.D. - 1.01; os restantes - 2 500 - ficaram na referida Agência para serem utilizados pela I.R. de Minas Gerais, quando executasse a coleta na parte do Distrito de Fidelândia, que fica fora da Zona Litigiosa.

Remessa do material coletado

Os questionários recolhidos dos diversos censos deram para encher 22 caixotes pequenos e parte de 2 grandes. De acôrdo com as instruções transmitidas no Boletim de Comunicações da Secretaria-Geral, as pastas usadas completaram os espaços dêsses caixotes que não davam para colocar mais um setor. O quadro a seguir esclarece, plenamente, o assunto.

Nº DO CAIXOTE	ESPÉCIE DO CENSO	CONTEÚDO	
		Boletins dos setores nºs ..	Pastas de lona
20.988	C.D.	1-5-9-12-17	2
20.989	C.D.	13-14-19	2
20.990	C.D.	20-23-25	5
20.991	C.D.	21-22-28	6
20.992	C.D.	15-16-30-35	3
20.993	C.D.	10-11-32-44	-
20.994	C.D.	33-34-40-43	-
20.995	C.D.	27-31-41	6
20.996	C.D.	24-7	-
20.997	C.D.	4-6	-
20.998	C.D.	3-45-47	-
20.999	C.D.	36-37-48-50	5
21.000	C.D.	39-49	5
21.001	C.D.	26-46	7
21.002 A	C.D.	8-38-51	2
21.002 B	C.D.	18-29	18
21.003	C.D.	2-42	10
21.004	C.A.	37-38-40-43-45-46-49-51	-
70.337	C.A.	30-31-32-33-34-35-36-44-	-
70.338	C.A.	1-2-3-4-5-6-7-8-14-15-17-41	-
70.339	C.A.	13-18-19-20-21-22-23-50	-

Nº DO CAIXOTE	ESPECIE DO CENSO	CONTEÚDO	
		Boletins dos setores nºs ..	Pastas de lora
70.340	C.A.	24-25-26-27-28-39	-
21.005	..	Saldo do material de expediente	-
21.006 gr.	-	Censos econômicos, utensílios de escrit.	-
21.007 gr.	-	Arquivo, utensílios de escritório	-

Esse material, desde o começo de dezembro, estava completamente pronto para seguir com destino ao Rio. Resolvi, porém, não remeter logo os 25 caixotes do quadro supra, uma vez que o nosso regresso, segundo prevíamos, estava próximo. Achei mais conveniente, em vista das possíveis ocorrências de chuvas e insegurança do transporte em caminhão, acompanhar esses caixotes até Vitória, ou, ao menos, no trecho pior da estrada, isto é, até Colatina.

De fato, no dia 20 de dezembro, saímos em caminhão de Barra de São Francisco, com destino a Vitória, onde chegamos no dia seguinte, com todo o material. Assisti a descarga na estação da Estrada de Ferro da Leopoldina e providenciei, na Inspetoria Regional, o devido despacho para a Capital Federal.

Móveis e material de expediente da Delegacia

Conforme autorização da Secretaria-Geral, constante do ofício D. SM/3.742, de 3 de novembro de 1950, os móveis da Delegacia foram postos à venda, excetuados o cofre e as máquinas de contar e escrever.

Vai a seguir a relação das peças vendidas e os respectivos preços:

3 bureaux a Cr\$1 485,00	Cr\$ 4 455,00
5 poltronas a Cr\$330,00	Cr\$ 1 650,00
2 arquivos de aço a Cr\$1 540,00	Cr\$ 3 080,00
2 fichários de aço a Cr\$260,00	Cr\$ 520,00
1 armário de madeira	Cr\$ 2 000,00
1 mesa para datilógrafo, 1 cadeira giratória sobre roldanas e 1 cesta para papéis	Cr\$ 974,00
1 bandeja para papéis	Cr\$ 60,00
1 filtro tipo "Salus"	Cr\$ 300,00
Total	Cr\$ 13 039,00

O armário de madeira foi vendido por Cr\$90,00 a menos do preço autorizado. Assim, procedi, porque se tivesse de o desarmar, reincaixotar e pagar transporte até Vitória, gastaria muito mais do que a diferença referida. Era, portanto, mais vantajoso aceitar a proposta de Cr\$ 2 000,00. O outro armário, encaixotado, por não ter encontrado comprador, foi entregue à Inspetoria Regional, na Capital do Estado.

Uma cadeira que chegou inutilizada, com pernas quebradas e desajustadas, conforme comuniquei, então, à Divisão Administrativa do S.N.R., deixei como imprestável.

Apesar da exclusão de venda de algumas peças, determinada no ofício citado, o Capitão Josias de Aguiar, em nome do Governo do Estado, pediu para consultar a S.G. se não seria possível liberar o cofre e a máquina de escrever, em benefício da Delegacia de Polícia local. Até o nosso regresso, a 20 de dezembro, ainda não havia recebido resposta da consulta feita a 12 de novembro. Na suposição de que a S.G. atenderia ao pedido, julguei que não havia inconveniente em deixar os mencionados objetos entregues ao Capitão Josias de Aguiar, com a condição de entregá-los à Inspetoria Regional, em Vitória, caso a resposta fosse negativa. Já em Vitória, retornando ao Rio, recebi a comunicação de que a S.G. liberava apenas a máquina de escrever. Assim, o cofre teve que ser reconduzido à Vitória, de acordo com o estabelecido. Já recebi a comunicação do Inspetor Regional de o haver recebido.

A importância correspondente à venda da máquina, porém, que deveria ter sido remetida para o Rio, conforme ficou assentado, ainda não foi recebida.

O material de expediente restante foi entregue à I.R. em Vitória, segundo ordens da S.G. Desta forma, ficou executada a determinação da S.G. de entregar à I.R. do Espírito Santo o cofre, a máquina de calcular e o saldo do material de expediente.

Dificuldades encontradas

a) Falta de transporte

Quanto ao transporte, é oportuno registrar alguns esclarecimentos. Apenas do povoado de Águia Branca, norte do Município de Colatina, até Barra de São Francisco, existe uma estrada de rodagem que merece este nome. São 48 quilômetros, dos quais, cerca de 25 em bom estado, o restante, ainda em fase de construção, apresenta sérias dificuldades nos dias chuvosos. Em vários pontos existem atoleiros, irregularidades profundas de piso, contorno de pequenas elevações em terreno argiloso, deixando de uma margem barrancos perigosos. Nesses lugares tem havido desastres sérios e de funestas consequências. Esses inconvenientes são agravados pelo tráfego das carretas de madeira, com as suas cargas pesadíssimas. Algumas representam de 15 a 18 toneladas, distribuídas entre dois jogos de rodas. Por vezes, em viagens a Colatina para me prover de numerário necessário às despesas mensais da Delegacia, me via em perigo de vida nesses trechos da estrada, em dias de chuvas pesadas.

Afora essa estrada, existem vários arremedos de estradas para zo-

nas próximas de Barra de São Francisco, feitas pelos tiradores de madeira para possibilitar a entrada das carretas até aos tombadores (ponto onde se encontram os grandes toros de madeira para serem colocados nas carretas).

Além desses esforços individuais de penetração rodoviária, há uma ligação dessa ordem até Mantenópolis, com cerca de 48 quilômetros. Não é qualquer carro que consegue se movimentar nessas estradas, tais as condições em que se apresentam. Nas mesmas circunstâncias, ou ainda piores, está a que liga Barra de São Francisco ao povoado de Vargem Grande, ou Ametista, feita recentemente sob administração municipal.

Para o centro da Zona, no sentido norte, nada existe como ligação rodoviária até Barra de São Francisco.

Em direção a Minas Gerais há, em péssimo estado, a estrada que vai de Mantena a Conselheiro Pena, e a de Ataléia a Teófilo Otoni. Esta melhor do que a primeira. São 84 quilômetros, dos quais 45 muito bons. Entretanto, existem nesse percurso 34 porteiras a retardarem a marcha do veículo. Nessa parte da Zona não se fazem mata-burros.

Essa escassez de meios de transporte criou sérios inconvenientes para a fiscalização dos serviços de coleta. Para exemplo da dificuldade de uma fiscalização eficiente, basta citar o caso de que para ir a Ataléia, sem ter que enfrentar 3 dias a cavalo em meio da mata, e sem sequer dispor de lugar conveniente para pernoitar, tive que fazer uma volta de 1 181 quilômetros em ônibus, trem, automóvel e caminhão, passando por Aimorés, Conselheiro Pena, Resplendor, Governador Valadares e Teófilo Otoni. Entretanto, a viagem pela mata seria de 240 quilômetros, ida e volta. O mesmo se dava com relação ao extremo nordeste da Zona, compreendendo o povoado do Comercinho, o alto Itaúnas e o Barreado.

Não obstante a falta de meios de locomoção, fizemos algumas inspeções e até verificações de trabalhos, in loco. Aproveitávamos para isso qualquer condução e qualquer motivo, quando nossa presença na Delegacia Especial não era imprescindível.

b) Falta de meios de comunicação

No tocante a comunicações, cabe informar que em Barra de São Francisco existe apenas uma Agência postal. Não havia, na fase do recenseamento, a agência telegráfica. Da sede da Delegacia, para os distritos não há correio. A correspondência chega até Barra de São Francisco, onde os interessados, quer moradores da cidade, quer de fora, devem procurá-la.

Também não há correio direto entre Barra de São Francisco e as sedes dos municípios circunvizinhos, como Namuque, Ataléia, Conceição da Barra e São Mateus. Apenas Colatina possui uma ligação postal freqüente e mais ou menos regular. Expresso-me dessa forma porque houve ocasião de passarmos mais de

10 dias sem receber malas postais. Essas, durante tal período, estavam na Agência de Colatina e ninguém se interessava pelo seu encaminhamento à Barra de São Francisco, ou permaneciam estacionadas na Vila de São Domingos.

Houve casos em que a correspondência do S.N.R. demorou mais de dois meses para chegar às minhas mãos. Pelos carimbos do sobrescrito, percebia-se que tal correspondência tinha percorrido as Agências de Vitória, Aimorés, Itanhaém, Caravelas, Nanuque e Colatina. Antes de chegar ao seu destinatário fazia esse longo e inútil passeio, por inexplicável e incrível que pareça.

Com relação à Vitória e à Capital Federal, o que nos valeu de muito foi o serviço de rádio da Polícia do Espírito Santo, apesar de suas frequentes interrupções por desarranjos no aparelho. Os rádio-telegrafistas que lá estiveram, nesse período, foram sempre muito prestimosos e dedicados, manifestando a maior boa vontade para com o S.N.R., em todos os momentos. Deixo aqui registrado o meu agradecimento pela valiosa cooperação que prestaram.

Em razão da falta de meios de comunicações não pude aproveitar a colaboração do Agente de Estatística de Ataléia.

c) O elemento humano utilizável

Esta foi a maior e principal dificuldade. Os candidatos a recensadores eram, com raras exceções, quase analfabetos. Nada adiantava entregar-lhes instruções escritas. Não tinham capacidade de assimilar o que pudessem ler. O trabalho de preparação foi curto, porém intenso, exaustivo e desanimador. Tivemos que adotar aulas de caráter puramente prático e, apesar disso, observamos que os resultados eram muito inferiores aos esforços dispendidos. Quase nada se conseguia. Vendo que para a maioria a assimilação era nula, resolvemos restringir o número daqueles aos quais iríamos confiar a tarefa da coleta. Mesmo assim os que nos pareceram mais aptos nos deram bastante trabalho na correção dos seus serviços. E não tínhamos outra alternativa. De fora, não convinha trazer gente por causa da insalubridade e da diversidade dos costumes de meio. Seria, talvez, aumentar as dificuldades, em vez de afastá-las, ou diminuí-las. Dentre os moradores da Zona não se podia pretender arregimentar gente melhor.

Por outro lado, os mais esclarecidos que por lá mourejam, não se sujeitariam ao serviço por causa da remuneração que lhes seria desinteressante.

Invasões

A extensão territorial, considerada "zona litigiosa" pelo S.N.R. e que é figurada em mapa levantado pelos dois Governos dos Estados Litigantes, abrange áreas que estão sendo, pacificamente administradas, ora por um, ora por outro Estado. Nesses casos temos, da parte do Espírito Santo, o Norte do Municí

pio de Colatina, uma parte Oeste dos Municípios de São Mateus e Conceição da Barra; e, da parte de Minas Gerais, o distrito de Bom Jesus de Mantena e o alto Santa Cruz.

Acresce ainda que os mapas municipais, fornecidos pelo C.N.G., con- figuram as partes contestadas, nos municípios citados, de maneira diferente da representada no mapa levantado pelos dois Estados, em 1940, estabelecendo o que se deveria considerar como base para a operação de 1950.

Dessa desarmonia resultou que a zona litigiosa, segundo a concei- tuação do mapa reconhecido pelos dois Estados, foi, por vêzes, invadida por re- censeadores do Espírito Santo, na confrontação de limites dos Municípios de Co- latina e São Mateus. Fato idêntico também se registrou por parte de Minas Ge- rais, no Município de Nanuque, na zona do alto Itaúnas.

Apesar de estar convencido da boa fé dos recenseadores que assim procederam e de que por parte dos respectivos Inspetores não havia propósito formal de ultrapassar os limites da zona litigiosa, tive que protestar contra êsses atos, com energia talvez julgada excessiva, porém justificada pela situa- ção melindrosa decorrente da questão de limites entre dois Estados.

As minhas reclamações pela observância dos limites traçados, se- gundo o mapa da operação censitária, tiveram o intuito de salvaguardar a respon- sabilidade do Instituto, não deixando margem a que se pudesse dizer, nem supor, parcialidade da parte do seu delegado especial. Do contrário, não só compromete- ria o I.B.G.E., como poderia dar ocasião a que se acirrassem os ânimos, então acalmados, e se deflagrasse uma luta, cujas consequências desastrosas eram e são imprevisíveis.

Cooperação das autoridades

Foi a mais franca e completa a cooperação que recebi de tôdas as autoridades, compreendendo os Exmos. Srs. Governadores dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, os Srs. Prefeitos de Barra de São Francisco, Mantena (Ga- briel Emílio) e Ataléia (Joeirana), os Juizes de Direito das comarcas existen- tes dentro da Zona, os Delegados de Polícia de ambos os Estados, o Chefe do Pô- sto de Saúde e do Serviço de Malária, as professoras públicas e particulares, en- fim, de todos que podiam nos auxiliar com o prestígio do cargo que ocupavam.

Do Sr. José Fernandes Filho, Prefeito de Mantena, tive até o seu avião particular à minha disposição, quando julgasse necessário. Oferecimento de que nunca me utilizei, porque só me poderia ser útil em viagens para Belo Ho- rizonte ou Vitória. Para me locomover dentro da Zona não poderia aproveitar tão rápido meio de condução, por falta de campos de pouso.

O Governo do Estado fez o transporte dos móveis da Delegacia, de

Vitória à São Francisco, em caminhão da Polícia Militar. Pôs, também, à nossa disposição, para nos conduzir de Colatina à Barra de São Francisco, um "jeep" da Polícia Militar, sediado nessa última cidade.

Em Barra de São Francisco, sempre que procurei o Capitão Josias Gonçalves de Aguiar e solicitei alguma coisa para o S.N.R., fui atendido com presteza e visível boa vontade. Por empenho d'êles pudemos ter luz elétrica, fornecida pelo motor da Delegacia de Polícia, até às 20 horas, todos os dias. Devo ainda salientar que até os fios, postes e isoladores nada nos custaram. Parte dessas despesas foi feita pela Prefeitura e parte pelo Capitão Josias Gonçalves Aguiar, a quem também devemos o ter conseguido uma casa nova para a instalação e funcionamento da D.E. Foi êle um dos melhores cooperadores que tive, como autoridade e como cidadão.

Cooperação de particulares e do povo em geral

A respeito, da cooperação de particulares e do povo, só tenho motivos de desvanecimento e gratidão. Todos, grandes e pequenos, foram sempre prontos em atender às nossas solicitações referentes ao Censo.

A população, com duas exceções apenas, recebeu muito bem os nossos recenseadores. Raro foi o lugar, na zona rural, em que o Recenseador teve despesa de hospedagem e alimentação. Boa ou má, era essa dividida com o recém-chegado e com manifesta satisfação. Recebiam com intêresse a explicação com que o recenseador fazia preceder a inquirição e preenchimento do questionário.

Essa receptividade, creio, é resultante da atuação do Dr. Marcelo Aroucha, no Censo de 1940. Todos que com êle trataram ainda guardam uma reminiscência muito viva e muito grata. Devido a isso, os servidores do Censo atual, sem dificuldades, conseguiram captar a confiança da população. Como exemplo, posso citar o caso de um velhinho maltrapilho que encontrei num casebre de palha, sem porta e sem fundos, tendo apenas o teto que descia em meia água até o chão. Preveni-o de que dentro em breve êle seria procurado por uma pessoa, portadora de um papel impresso e que havia de lhe fazer perguntas sobre a idade, a profissão, o lugar de nascimento, etc. E não tinha acabado de enumerar os quesitos do questionário demográfico, quando êle atalhou-me perguntando: — "É o recenseamento, moço?" À minha resposta afirmativa, êle acrescentou: "O Dr. Aroucha, quando esteve aqui, me ensinou. Eu já fiz um. Pode vir que eu respondo do tudo direito. Já sei!"

Até aí, portanto, chegou o trabalho de preparação para o Censo de 1950, feito pelo Dr. Marcelo Aroucha.

Dos comerciantes, em geral, recebi sempre demonstração de apreço e boa vontade para com o serviço. De alguns, como os Srs. Tito Waldemar Vieira, Deolindo Basílio, Alceu Melgaço e Joaquim Alves obtive ainda favores, como

desconto de cheques e informações confidenciais que me facilitaram o trabalho. Cabe, aqui, mencionar a cooperação prestada pelo Sr. Edmundo Melo, proprietário do serviço de propaganda "Delma", por cujo alto-falante, diariamente, se fazia, gratuitamente, variada propaganda do Censo de 1950.

Ainda sob êsse título, merece especial menção a colaboração prestada pelo I.R. do Espírito Santo. O seu titular, Dr. Armando Rabelo, foi de uma solicitude inigualável e inestimável em atender a todos os apêlos que lhe dirigi, quer nos remetendo questionários diretamente, ou por intermédio da Agência de Colatina, quer tomando outras providências de ordem administrativa e que muito favoreceram a marcha dos nossos trabalhos. A êle, portanto, deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos e o reconhecimento do auxílio valioso que me prestou.

Visitas de destaque

Tivemos o prazer de receber, no dia 7 de setembro, a visita do Dr. Carlos Fernandes Monteiro Lindemberg. Nessa ocasião, S. Ex^a deu-nos a honra de fechar o pacote do material de coleta do Censo Demográfico dos setores urbano e suburbano da cidade de Barra de São Francisco, já, então, concluídos, criticados e prontos para o encaixotamento.

A 28 de agosto, recebemos o Dr. Nelson Monteiro, Secretário da Fazenda do Espírito Santo. Levou boa impressão dos trabalhos e, ao chegar a Vitória, transmitiu seu regosijo ao Dr. Armando Rabelo.

O Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Napoleão Fontenelle, também nos visitou. Por várias vezes, tivemos também entre nós os Srs. José Fernandes Filho, José Bastos Guimarães, Prefeito e Delegado Especial de Polícia de Mantena, Dr. Olavo Pilar Gonçalves, Dr. Climério Rodrigues Nascimento, respectivamente, Juíz e Promotor da Comarca, Sr. Manuel Gonçalves, Presidente da Câmara, Dr. Walter Kacher, Pastor da Igreja Batista de Vitória, Drs. José Merson e Aguelar Nascimento, Chefes do Pôsto de Saúde e do Serviço de Malária, na Zona Litigiosa.

Não nos faltou o Dr. Armando Rabelo, Inspetor Regional de Estatística no Espírito Santo, acompanhado do Sr. Jaime Schmit, Itinerante da Zona Norte do Estado. Essa visita constituiu para nós motivo de satisfação e estímulo.

O Chefe Geral do Serviço de Malária, no Estado do Espírito Santo, também nos visitou e tivemos o prazer de retribuir a sua cooperação, fornecendo-lhe, para cópia, alguns mapas municipais, que possuíamos.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS REGIONAIS

Divergência na nomenclatura de localidades

As principais localidades da Zona, conforme já ficou dito, divergem de um Estado para o outro não só na sua classificação, como na sua denominação. Pode-se até estabelecer que qualquer desses lugares tem dois nomes, um como cidade, outro como vila, conforme se considera sob a jurisdição deste ou daquele Estado.

Mantena, por exemplo, assim é denominada por Minas Gerais. Entretanto, é Gabriel Emílio para o Espírito Santo. Como cidade, se chama Mantena, como distrito, porém, passa a ser Gabriel Emílio. Para efeito censitário e porque é, incontestavelmente, o lugar mais adiantado da Zona, foi sempre considerado como cidade; daí a nossa resolução de denominá-la sempre - MANTENA.

O mesmo acontece com Barra de São Francisco. Esta é a denominação dada pelo Espírito Santo. Por Minas Gerais é simplesmente São Francisco. Pelo mesmo motivo exposto em relação a Mantena, preferimos sempre o uso da denominação capixaba, quando nos referimos a essa localidade. Ataléia, assim chamada por Minas, é a Joeirana do Espírito Santo. Ametista, do Espírito Santo, é a Vargem Grande de Minas Gerais. Estas são as principais divergências no que tange a nomenclatura das localidades mais importantes.

Não existe convívio social na Região. A obsessão dos interesses materiais absorve todos os minutos da vida do homem. Vive-se, exclusivamente, para negócios. Só se cogita de ganhar dinheiro e de qualquer forma. É uma zona tipicamente de far-west.

Mantena, ou Gabriel Emílio, é a única localidade em que existe clube de danças. Há também um cinema. As projeções se fazem, quando há filmes, comumente, uma vez por semana. As reuniões dançantes não são também muito frequentes e se realizam ao som de um jazz. Entretanto, não há falta de dinheiro. Muito ao contrário, há grandes possibilidades financeiras em toda a Zona.

Existem pequenos teams de futebol. Esses se encontram em quase todos os povoados. É o contágio incontestável da bola, atingindo os mais longínquos e escondidos lugarejos. Aos domingos, os caminhões cheios de jogadores e torcedores vão de um para outro povoado, a fim de possibilitar o encontro dos teams regionais. O elemento feminino também já começa a se interessar por esses certamens. É o ensejo mais frequente para o encontro de moças e rapazes.

Situação cultural

Não há uma biblioteca, um grêmio literário, uma banda de música,

um jornal. Não existe um sinal de vida intelectual, afora dois grupos escolares: um em Mantena e outro em Barra de São Francisco, inaugurado a 7/9/1950, e algumas escolas perdidas pelo interior e dirigidas por pessoas não diplomadas.

Estado sanitário e assistência médica

Em toda a Zona, de modo geral, não é bom o estado sanitário. Graças com caráter endêmico o paludismo, a boubá a leishmaniose, úlceras diversas, inclusive as de Hansen, e outras doenças de fundo infeccioso, como tifo, paratifo, etc. Regiões há, nas margens do braço norte dos rios "São Mateus", "15 de Novembro" e "7 de Setembro", onde a malária se fixou e afugenta os mais fortes e destemidos com a sua permanente ameaça. Poucos são os que tentando afrontar a inclemência e os abalos das febres, conseguem vitória sobre seus tremores. Mesmo assim, não faltam heróis para esse combate desigual.

As histórias da ceifa de famílias inteiras, que por lá se internaram na mais corajosa das aventuras, não lhes tolhem o passo, nem os desalentam. Enfrentam a rusticidade e hostilidade do meio com sangue frio e até com estoicismo, ou, então, - o que me parece mais exato - não têm capacidade para se aperceberem do perigo real, em que pese a tradição dos fracassos e das decepções dos outros.

Nas cidades, porém Mantena e Barra de São Francisco, as cousas já se passam de maneira diferente. Há Postos de Saúde e assistência médica. Esta, embora insuficiente, já representa um valioso auxílio para a população das circunvizinhanças, até um raio de 2 ou 3 léguas.

O Posto de Saúde de Barra de São Francisco, por exemplo, de 1946 a novembro de 1950, teve uma matrícula de 31 207 doentes. Na mesma repartição foram atendidos 7 930 casos de boubá; 6 412 de úlceras diversas; 7 868 de verminose; 2 617 de malária. Cumpre esclarecer que Barra de São Francisco fica bem afastada da zona de incidência da malária. Isso no que se refere a doenças que determinaram tratamento mais ou menos prolongado. Mas, contando todos os casos atendidos pelo Posto, chegamos à alta cifra de 107 829, conforme me informou o Dr. José Merso Vieira, Chefe da repartição, mantida pelo Estado do Espírito Santo.

O Serviço de Malária muito tem feito no sentido de sanear a Zona, porém não creio que os resultados já possam ser considerados tão bons a ponto de modificar o aspecto da questão, pelo menos nos rios citados no início deste Capítulo.

São poucos os médicos e reduzidas as farmácias nas cidades mencionadas. Nos povoados mais centrais, nada mais existe além de pequenas casas de comércio que vendem também remédios. O que há com fartura são os célebres curandeiros com suas complicadas mesinhas, ora curando de fato, ora ajudando a mor-

rer mais rapidamente.

As condições de higiene nessas regiões, mesmo nas três cidades, são muito precárias. Não há água encanada, não há esgotos, conseqüentemente. Não há sequer fossas sanitárias acéticas. Existem apenas fossas negras.

Poucas são as casas que possuem aparelhos sanitários com descarga. Na cidade de Barra de São Francisco somente 3 casas os possuíam. Uma delas era a nossa Delegacia, porque o prédio foi acabado especialmente para nos receber, e o Capitão Josias Aguiar, que superintendeu êsse acabamento, mandou que colocassem.

Em geral, as fossas, acima descritas, ficam nos fundos das casas, perto, portanto, das cisternas, de onde se tira água para tudo. A maioria dos habitantes se abastece, tanto para beber, como para serviços, da água do rio.

Tais hábitos, aliás, não são exclusivos e peculiares da Zona. Essa é a situação na maior parte dos povoados brasileiros. Não se tem noção de higiene, nem das conseqüências desastrosas desses processos.

Não existe, na Zona, um hospital ou uma casa de saúde, por mais modesta que seja. Os doentes têm que suportar longa e penosa viagem de 148 quilômetros, até Colatina, quando se acham necessitados desses socorros.

Em Ataléia (Joeirana), a única cidade no Norte da Zona, a situação não difere, apenas o ponto principal de recursos é que muda; em vez de Colatina, é Teófilo Otoni.

Matadouro

Não há matadouro para abatimento de gado vacum e suíno, destinado ao consumo público. Essa operação, em geral, é feita em plena rua. Essa era a situação, quando cheguei à Barra de São Francisco. Antes de regressar de lá, porque eu me manifestasse várias vezes contra aquêlê processo, quer junto ao Prefeito, quer junto ao médico do Posto de Saúde, já se havia modificado a referida praxe. Agora se faz a matança do gado vacum fora de cidade. Não sei, porém, se em melhores ou piores condições de higiene. O abate de porcos continua sendo feito próximo à margem do Rio Itaúnas, dentro da cidade.

Religião

A maioria da população é católica. Os protestantes já formam um grande contingente no seio da população regional. Chega a ser mesmo impressionante o seu desenvolvimento naquelas paragens. Possuem vários templos espalhados pelos campos, com pastôres fixos e ambulantes, fazendo um trabalho constante de catequese. Êsse trabalho tem dado resultado compensador, a ser apreciado

pelo número de adeptos que vem fazendo.

Contraopondo-se ao esforço dos protestantes, existe o serviço do clero católico. Há três freguesias em toda a Zona e várias capelas. Entretanto, o elemento protestante me parece mais ativo e vigilante; daí, talvez, os seus rápidos e surpreendentes progressos. Há, também, a influir nesse caso o fato de ter existido colonização alemã na região. Em alguns lugares, a população é quase toda de descendentes de alemães protestantes.

Há colonos, descendentes de alemães em duas, três e quatro gerações, que ainda não falam o português, e, os que falam, o fazem muito mal. Na influência da colonização germânica, eu vejo, em parte, a explicação de tão apreciável contingente de protestantes na Zona Litigiosa.

Custo de vida

A vida na Zona Litigiosa é cara, difícil e penosa. A despesa dos transportes onera em muito os artigos importados de outras regiões. Para esses, parece razoável a elevação dos preços. Também pairam muito alto os preços de material de construção. Com relação a artigos desta espécie, no que se refere a telhas, ferragens, cal, cimento, etc. não é de estranhar o seu elevado custo, porque vêm de longe. Mas, com referência a madeiras, ele não se justifica, uma vez que se trata de uma região onde superabunda o produto e em que um dos principais ramos de atividade é a sua extração. Ramo esse que tem dado fortuna a muita gente.

Essa incoerência se verifica também com outros artigos produzidos na região. E produzidos em tal escala que constituem suas principais fontes de riqueza. Refiro-me, principalmente, ao café. Por exemplo, o seu custo no varejo, em Barra de São Francisco, cercada de cafeicultores, era de Cr\$18,00 o quilo, em grão, enquanto, em Colatina, centro muito maior e mais adiantado, era vendido a Cr\$15,00. Penso que, mesmo em relação ao Distrito Federal, esse cotejo de preços daria um resultado impressionante, levada em conta a circunstância de estar Barra de São Francisco à beira dos cafezais.

O metro da lenha, em Colatina, custava Cr\$35,00. Entretanto, em Barra de São Francisco, muito mais próximo das matas, o mesmo artigo valia Cr\$. 50,00. E com que dificuldade se arranjava quem quisesse se dar ao trabalho de cortá-la e conduzi-la para o consumidor.

Há, perto da cidade de Barra de São Francisco, muitos sítios com fruteiras, principalmente bananeiras. Apesar disso, não há frutas na cidade. Apenas laranjas e limas, quando as safras são muito abundantes, são trazidas em costado de animais e vendidas pelas ruas. Afora essa fase, pode-se dizer que não há frutas em Barra de São Francisco. Para confirmar o que acabo de referir, citarei o caso seguinte: o Sr. Oliveira Gomes de Faria, morador na cidade, com

pra banana no mercado de Vitória para levar e revender em Barra de São Francisco. Não faz disso seu principal e único meio de vida, porém é evidente que tem lucros nesse negócio. Saliente-se que o comerciante em aprêço compra o artigo em uma Capital, já a revendedores e o leva para revender, mais uma vez, onde existem muitos bananais nas margens dos cafêzais. É que o morador da Zona, acostumado a ver muito dinheiro, obtido das elevadíssimas cotações atuais do café, julga de pouca ou nenhuma valia a vantagem que lhe pudesse resultar do trabalho de colhêr êsses frutos e levá-los ao mercado mais próximo. Assim, os deixa na propriedade para auxiliar a engorda dos porcos. Considera essa aplicação muito mais vantajosa. Enquanto isso, a população da cidade sofre a carência dêsses elementos tão necessários à sua alimentação.

Pouca verdura se consome naquelas regiões. Quase ninguém as planta. Por incrível que pareça, várias vêzes, comi abóbora e tomates vindos de Vitória.

As carnes de boi, de porco e de galinha (esta está custando Cr\$... 20,00 por cabeça, na roça) com o feijão e o arroz são a base indefectível da alimentação dos de melhor nível de vida. O resto se limita ao feijão e arroz, sem carne de espécie alguma.

Devido à carestia do açúcar, é comum se encontrar, mesmo nas pequenas propriedades, engenhocas para extrair o caldo de cana a fim de adoçar o café, que possa a ser fervido naquele caldo.

Para um conhecedor da cultura dessa gramínea nos Estados produtores de açúcar, causa espécie ver, no meio dos cafêzais, touceiras isoladas de cana. A sua ocorrência resulta do que descrevi pouco atrás: produzir caldo para adoçar o café, em substituição ao açúcar, cujo preço o torna pouco acessível.

Outro fato que vem reforçar a demonstração da verdade sôbre o alto nível do custo de vida é o fato de não se encontrar trôco para 5 ou 10 cruzeiros, porquanto poucos são os objetos que custam menos. A moeda divisionária circula pouco. Nem mesmo as quitandas, vendinhas etc. as vêm passar com freqüência, por suas gavetas.

A lavagem de roupa é também cara. Há lavadeiras que cobram por peça de roupa interna o mesmo preço que as tinturarias do Distrito Federal. Quanto aos ternos, tôdas elas, engomando-os bem ou mal, o é idêntico ao vigorante na Capital Federal.

Os fatos apontados são índices da carestia, dificuldades e privações a que estão sujeitos os moradores da Zona, sobretudo os que conhecem centros mais civilizados.

Mecanização da lavoura

O que se pode mencionar, na Zona, em matéria de mecanização de tra

balhos agrícolas é tão insignificante que não merece atenção especial. Desta sorte, o presente capítulo vai apenas ressaltar a ausência de emprêgo do equipamento mecânico nos trabalhos agrários.

Andei pelos centros mais adiantados da Zona e nunca vi um arado em funcionamento. É certo que já existem alguns, conforme se verificará pelos questionários agrícolas, mas em tão pequeno número e de tão rara aplicação, que o resultado do seu uso é praticamente nulo.

Todo trabalho agrícola ainda segue os processos rudimentares e pouco rendosos de 100 anos atrás. Os instrumentos agrícolas que ali se manejam são o machado e a foice para as derrubadas, e a enxada para o plantio, limpeza e revolvimento de terras.

Regime de trabalho agrícola

Salvo engano, penso poder afirmar que o trabalho de enxada é pago a dinheiro. Esse me parece o regime mais comum.

Ocorre, também, com muita freqüência, uma outra espécie de pagamento do trabalho agrícola: o proprietário entrega uma certa área ao agricultor para cultivá-la à sua própria custa e usufruir os resultados dos seus esforços por cinco anos. No fim desse período, o lavrador terá que restituir a terra com um cafézal formado, frutificando, de conformidade com o que fôra estabelecido entre eles.

Esses entendimentos tomam forma de contratos, lavrados em cartório, com todos os requisitos legais. Para os referidos casos, há uma outra modalidade. É a que o proprietário, durante os cinco anos, além da terra, ainda fornece dinheiro ao agricultor, na razão de Cr\$5,00, por pé de café. Os pagamentos são feitos quando os cafeeiros se encontram em boas condições de desenvolvimento. Depois dos 5 anos, a terra é restituída ao seu proprietário com o cafézal nela situado.

É comum se incluir no contrato a cláusula de que, depois do quinquênio, o contratista (assim é chamado o agricultor nas condições acima descritas) passará a ser meieiro. Transforma-se, assim, o regime de compensação por prestação de serviço em regime de meiação. Ao meu ver, este último é apenas uma modalidade do primeiro.

Apesar disso, não faltam proprietários, que repudiam a cláusula da transformação do contrato em regime de meiação, após os cinco anos de trabalho. Nessa hipótese, o lavrador, se, com os recursos acumulados durante aquêle período, não conseguiu adquirir alguma outra terra para lavrar por sua própria conta, ou outro qualquer meio de subsistência, vê-se forçado, às vezes, a trabalhar a salário baixo, a fim de saldar os débitos contráídos.

Fecundidade da terra

É admirável a fecundidade do solo, nas suas variadas explorações, feitas de conformidade com as observações e experiências a respeito das espécies de culturas que devem ser, preferencialmente, tentadas.

A parte Sul da Zona está sendo coberta de cafèzais, lavoura, que, como vai exposto em outra parte dêste relatório, pode ser considerada o lastro da economia regional. Juntamente com o cultivo do café, se faz o da mandioca, feijão, arroz, cana de açúcar, batata doce, etc.

A terra compensa com generosidade impressionante todo o esforço do homem que a rasga e planta. É assombroso o que se vê com relação à sua ubert^osidade. Tive conhecimento e guardo documentação fotográfica de pé de mandioca de mais de 100 quilos, do qual uma só raiz pesou 38 quilos.

As bananeiras, com freqüência, dão mais de dois cachos em um pé só. Há casos de 4 cachos em uma bananeira. Houve quem me afirmasse que êsse fenômeno não é resultante da exuberância do solo e sim de uma espécie de rara produtividade. É a primeira vez que tive a oportunidade de registrar a ocorrência e não estou em condições de opinar a respeito.

As limeiras frutificam abundantemente, excedendo seus frutos o tamanho comum, sem perderem o seu característico e delicioso paladar. É um prazer saboreá-los, na época de junho a agosto.

A fecundidade animal corre parêlhas com a do solo. As cabras dão, em geral, três crias, e, às vêzes, quatro. As vacas, com freqüência, têm partos de gêmeos e até de três bezerros, como se verifica em uma fotografia tirada por profissional merecedor de credibilidade. Até as éguas, embora com menos freqüência, também presenteiam seus proprietários com dois filhos no mesmo parto.

Os fatos acima narrados, a respeito de plantas e de animais, verifica-se na região do Alto Rio Negro, zona explorada largamente há muito tempo. Não se trata de terra virgem no recôndito das matas. Justamente por essas circunstâncias é que as ocorrências citadas são mais surpreendentes.

Riqueza da Zona

As principais riquezas naturais da Zona são as madeiras de lei e as pedras semipreciosas. Deixo de incluir aqui o café, apesar de sua grande importância como fator econômico, porque é êle o fruto do trabalho humano, em ambiente propício ao seu desenvolvimento. Nesse caso o fator natural concorrente, porém não único, é a fertilidade dos terrenos, já referido antes.

Em todos os quadrantes do território contestado há pedras semipreciosas. As lavras em funcionamento, porém, são poucas e os seus produtos, via

de regra, seguem destino à Teófilo Otoni, conhecido e importante mercado de pedras.

A madeira existe por toda parte em grande quantidade e de muito boa qualidade. As de 1ª classe são o jacarandá cabiúna, ou violeta, jacarandá-tan, rosa e cipó, a peroba do campo, a sucupira branca e amarela, a macarnaíba, o Gonçalo Alves, o guaribu-prêto, o cedro de várias espécies, e várias outras menos importantes.

Qualificadas como de 2ª classe, podemos enumerar o jequitibá amarelo, o vermelho e rosa; a peroba-rosa, o ipê, rosa, tabaco e taruman, a sucupira preta e amarela, a sapucáia, o sapucaíú, a braúna preta e parda, o vinhático amarelo e testa-de-boi, o louro, o angelim-pedra e amargoso, a oiticica, o gibatão, o roxinho, a pereira, a bicuíba. Existe ainda o que se chama madeira branca com as seguintes denominações: cerejeira, farinha-sêca, boleira, caixeta, etc.

Pela estrada de rodagem, que liga Barra de São Francisco a Colatina, se escoam, permanentemente, essa riqueza. As carretas com seus enormes toros estão, constantemente, estragando o leito da estrada com suas 15, 18, 20 e mais toneladas de peso.

Trabalhos de retirada e carregamento de madeira

Para a retirada de madeira do seio das matas, improvisam-se estradas por onde passam as carretas motorizadas. Mesmo assim, é imprescindível o auxílio de bois mansos e bem familiarizados com o serviço. Esses animais obedecem, com prontidão admirável e precisão absoluta, às vozes de comando dos carreiros. Formando filas de 4 a 6 juntas, puxam os toros do interior da mata até o "tombador" mais próximo, à beira da estrada.

"Tombador" é o lugar onde as carretas recebem a sua carga. Em geral é aproveitado um pequeno barranco, ou o beicho de um corte de um metro de altura, aproximadamente. Do nível da borda do corte, ou barranco, são lançadas levadas fortes de madeira, sobre as quais os trabalhadores, com alavancas, fazem rolar os toros a carregar. De qualquer grossura e peso que sejam, dentro em pouco, passam para cima do lastro das carretas. É interessante e admirável esse trabalho. Exige muita força, jeito e habilidade. As toras não vão para cima das carretas de uma só vez, principalmente quando o nível do lastro é superior ao do barranco. Nesse caso fazem o pequeno trajeto em várias etapas, conforme o seu peso e tamanho. Cada vez que os trabalhadores que manejam as alavancas fazem uma pausa, é necessário calçar as toras para que elas não voltem e esmaguem os que as empurram. Usam para isso colocar um pedaço de madeira por baixo da tora, entre esta e a leva sobre que está sendo empurrada. Esse pedaço de madeira tem, no topo, a forma triangular para facilitar o trabalho. Mede uns 30 centímetros de comprimento e as faces laterais de 20 a 25. Chama-se - macuco -

A operação de colocá-los debaixo da tora, na hora precisa, chama-se fazer a letra. Esse serviço tem sua técnica e exige muita cautela, a fim de prevenir desastres.

Construções

Via de regra, as construções são modestas. Poucas casas têm plati bandas e telhas. A cobertura mais comum é feita com pequenos retângulos de madeiras, ou taboinhas. Sua colocação é fácil. São postas de baixo para cima acompanhando o aclave do telhado.

Poucas são as casas inteiramente de alvenaria. A quase totalidade é de madeira e tijolo cru. Sua construção se processa da seguinte forma: os esteios principais são enterrados cerca de 0,80m a um metro. A parte a enterrar não sofre preparo algum. Da face da terra para cima são lavrados a machado e medem, nas suas faces, de 0,25 a 0,30m. No nível do piso da casa, grossas vigas, também faceadas e medindo de 0,25 a 0,35 centímetros, vêm se entroncar nos esteios. Perto dos extremos dessas vigas, bem como em outros pontos intermediários, conforme exige a segurança e divisões do prédio a construir, são feitas cavas onde se vão encaixar outros esteios menos importantes. Nos seus extremos superiores são fixadas, pelo mesmo processo, outras vigas paralelas às que estão colocadas na base. Assim se forma o arcabouço da construção. Os vãos existentes entre esses esteios e vigas são, depois de feita a cobertura, preenchidos com tijolos assentados com massa de barro, areia e pouca cal. É uma variante rústica da técnica do cimento armado.

São soalhadas e elevadas um pouco do solo de modo a servir de abrigo a pequenos animais.

Sobre a divisão dos cômodos, observei que não há preocupação de se reservar um deles para sala de jantar. A parte determinada para cozinha é ampla e nela se fazem as refeições.

Moinhos de fubá

Por toda parte são encontrados moinhos de fubá. Dêles se servem os colonos para triturar o milho que é usado nos angus e noutras aplicações culinárias. São esses moinhos instalações muito rudimentares, montadas em pequenos quartos de madeira, construídos sobre regatos ou correntes de água e a uns 2 metros acima do respectivo nível.

Em geral, junto aos moinhos de fubá ficam também os monjolos para pisar o café e descascar o arroz que é cultivado na propriedade para o consumo particular da casa.

Estaleiros

Os rios que cortam a Zona Litigiosa não são navegáveis, com exceção do Rio São Mateus, e apenas em sua parte mais baixa. Trata-se de pequenos cursos d'água e que por isso mesmo, são comumente denominados córregos.

É freqüente, contudo, se ouvir falar nos estaleiros da redondeza. Até mesmo na resposta ao quesito nº 20 do C.D. - 1.01, ocorreu a indicação dos estaleiros. "Estaleiro" significa o local e a aparelhagem de que se servem para serrar os toros de madeira vindos da mata.

Esse trabalho é todo feito à força do braço humano. Quando é realizado à máquina, por mais insignificante que seja a instalação, chama-se, então, serraria.

O estaleiro é construído, via de regra, ao lado de um barranco para assim, facilitar a colocação dos toros, que vão ser serrados, sobre seu estrado. Do contrário, são necessárias levadas bem resistentes, sobre as quais são eles rolados com sérias dificuldades, até atingir o referido estrado, à semelhança do que se processa no carregamento das carretas, como já foi descrito.

Tropas

Como não há estradas de rodagem ligando o centro e o extremo norte da Zona com as cidades de Barra de São Francisco e Mantena, os transportes são feitos por animais, organizados em grupos de dez ou pouco mais. A esses grupos dão o nome de tropa. Os animais são adestrados, andam em fila a um, conduzidos por duas pessoas. O que marcha na frente leva muitos enfeites nos arreios e várias campanas penduradas em volta do pescoço. Laços de cores presos à testa e caindo para os lados. Esse é a madrinha.

A mercadoria, para evitar os estragos possíveis nos caminhos estreitos através das matas, é posta em sacos de couro cru e assim é, então, colocada sobre as cangalhas.

Cêrcas

A abundância de madeira chega a tal ponto que as cêrcas de arame farpado representa um verdadeiro desperdício. Os arames são esticados e presos em grossos esteios. De 2 em 2, ou de 3 em 3, desses esteios, já bastantes reforçados, são colocados, à guisa de moirões, toros roliços, de 50 a 60 centímetros de diâmetro, para ajudar a suportar os fios de arame. Cada um desses moirões, em outro lugar, daria de 30 a 50 estacas. É um verdadeiro esbanjamento de madeira, sem resultado prático apreciável e que se pudesse justificar.

Composição da população

Três Estados estão representados na população da Zona Litigiosa, como seus principais componentes; Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Este último, me parece, contribui com o contingente mais numeroso. Não creio, porém, que esta diferença numérica seja tão elevada que lhe assegure uma maioria absoluta. Além desses grupos principais e predominantes, há, ainda, os pequenos grupos de poloneses, alemães e italianos com os respectivos descendentes, já brasileiros, formando quase colônias.

Os dois primeiros, alemães e poloneses, muito se destacam do resto dos habitantes, tanto pelos hábitos, como pelo físico. Quanto aos italianos, observa-se uma ambientação mais fácil e uma assimilação mais completa por parte dos naturais.

Esses três elementos estrangeiros e seus descendentes atuam, principalmente, na bacia do braço sul do rio São Mateus. Mesmo assim, embora em pequena escala, já existe penetração para o norte, ultrapassando o divisor de águas que separa os dois braços do referido rio.

Há ainda pequenos contingentes de nordestinos, vindos dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e, principalmente, do Ceará.

Sobre a localização dos três contingentes mais numerosos, observa-se que se acham situados da seguinte forma:

- a) baianos - vivem sobretudo ao Norte e Nordeste, abrangendo a região do Barreão e Itaunas, bem como parte da bacia do braço norte do Rio São Mateus, nos seus afluentes da margem esquerda;
- b) mineiros - ocupam a parte Oeste e Noroeste da zona, incluindo as bacias do Santa Cruz, Paraju, Muritiba, Itabira, Peixe Branco, o alto Mantena, ou São Mateus, com seus afluentes até a Barra do Vargem Grande;
- c) capixabas - povoam o Sul da Zona, abrangendo as bacias dos rios Novo, São José, São Francisco, dos afluentes do São Mateus do Sul, nas duas margens, abaixo da barra do Vargem Grande, dos rios 15 de Novembro, 2 de Setembro e dos afluentes da margem direita do braço norte do São Mateus, abaixo do Ribeirãozinho.

O contingente de baianos é o de menos expressão numérica. Entretanto, é bem expressivo e influente.

CAPÍTULO V

OCORRÊNCIAS DIVERSAS

Eleições

A realização das eleições durante os trabalhos da coleta censitária pouco influiu no rendimento dos serviços. Os nossos auxiliares da Delegacia Especial não se envolviam em política ativa. Alguns dos recenseadores que tiveram interesses políticos a defender o fizeram de modo discreto, sem prejuízo para o recenseamento.

Comunicados da Divisão Técnica

Eram recebido com muito atraso. Em geral, iam primeiro à Caravelas, Bahia, e de lá retornavam à Barra de São Francisco, por intermédio da Agência de Nanuque.

A sua distribuição fazia-se entre o Juíz, professôres, comandante do destacamento, prefeitos, etc., de conformidade com o assunto. Nas escolas o seu efeito foi muito bom. Os cotejos populacionais despertaram curiosidade e interesse.

Foi uma boa providência da Divisão Técnica a divulgação de certos aspectos do recenseamento por meio daqueles comunicados, focalizando, quase sempre, assuntos variados, porém de interesse geral. Representou uma ótima maneira de propaganda do Serviço. Os três exemplares que recebia, mal davam para a distribuição entre as pessoas acima relacionadas, e, isto mesmo, escolhendo os assuntos que mais se relacionavam com as funções dos destinatários. Cumpre esclarecer que somente em Barra de São Francisco eram os mesmos distribuídos. Para Mantena, só remeti uma pequena coleção destinada ao Prefeito.

Progresso vertiginoso

Nestes últimos dois anos, segundo o testemunho das pessoas mais autorizadas e ali residentes, o progresso das cidades e do interior, na Zona, tem sido apreciável e continua em marcha vertiginosa. Pelas observações que pude fazer, sou inclinado a aceitar o depoimento, sem restrições.

Tomarei para índices dêsse apregoado soerguimento, vários fatos, por mim verificado. Vejamos:

- a) Mantena em 1950 quase duplicou o registro de suas casas comerciais. O mesmo vem acontecendo em Barra de São Francisco. Ambas aumentaram também o número de suas pensões, algumas funcionando em prédios recentemente construídos;

- b) O aumento de construções residenciais também é apreciável. Na última das duas cidades supra mencionadas, de junho a 30 de novembro de 1950, foram construídas 116 casas. Isto representa uma média mensal de 19,33 casas. Em lugarejo tão remoto, como Barra de São Francisco, o fato é muito significativo;
- c) O povoado de Mantênópolis, a 62 quilômetros de Barra de São Francisco, com 23 meses de existência, já contava um cadastro predial de 507 casas e tudo faz crer que não se tenha arrefecido o ritmo desse crescimento;
- d) No povoado citado já existem 2 bares com geladeiras, fornecendo aos freguezes bebidas geladas, refrigerantes, etc.;
- e) Em Barra de São Francisco, já está organizada uma companhia para instalar luz elétrica e explorar o seu fornecimento à cidade. Em junho de 1951, segundo os cálculos dos diretores já estará inaugurado esse serviço;
- f) A comarca de Barra de São Francisco, conforme fui informado pelo seu promotor, Dr. Clímério Rodrigues do Nascimento, acaba de ser elevada à entrância superior, devido ao seu movimento;
- g) Nas cidades de Mantena e Barra de São Francisco, encontram-se mais de 5 advogados, sendo 2 nessa última. Fazem vida exclusivamente profissional e se confessam satisfeitos com os resultados financeiros dos seus trabalhos. Há um ano atrás, quando necessário, era-se forçado a ir buscar um advogado em Colatina, São Mateus, Conselheiro Pena, Aimorés, Governador Valadares, ou outros lugares da redondeza;
- h) Existem dois cinemas em construção, em Barra de São Francisco, sendo as inaugurações esperadas para muito breve;
- i) Em 7 de setembro de 1950 foi inaugurado o prédio do Grupo Escolar de Barra de São Francisco. É um prédio construído de acordo com os modernos requisitos pedagógicos. Anexa fica a residência da diretora;
- j) Existem mais dois grupos escolares em construção, destinados ao povoado de Paulista e outro a Vargem Grande;
- l) Os fios telegráficos entre Barra de São Francisco e Colatina já estão estendidos. O serviço telegráfico devia ter sido inaugurado em novembro, porém, por motivos de ordem administrativa, foi adiada a sua inauguração. Daí se pode ver como está próximo de se tornar realidade, mais essa demonstração de

progresso;

- m) Há dois anos, as Coletorias Estaduais do Espírito Santo rendiam, segundo fui informado, cerca de Cr\$ 400 000,00. Em 1950, nos oito primeiros meses, a arrecadação já andava pelos Cr\$.. 2 000 000,00. Isso fala muito alto, como índice de desenvolvimento.

Pelo exposto, se evidencia que os índices de progresso, principalmente em Barra de São Francisco e em Mantena, datam de período muito recente. No extremo norte, porém, onde está localizada Ataléia, o desenvolvimento tem marcha moderada, em relação ao acima descrito.

Ambiente de calma

Apesar da exacerbação de ânimos que quase levou os capixabas e mineiros a uma luta armada, poucos anos atrás, hoje reina calma no setor em que mais iminente foi este choque armado entre as duas populações. Refiro-me a Barra de São Francisco e Mantena.

Esse atual estado de cousas se deve ao fato de o Governo do Espírito Santo ter nomeado comandante do destacamento policial da Zona Litigiosa o Capitão Josias Gonçalves de Aguiar. Graças às boas maneiras e ao espírito pacificador desse oficial, foi possível estabelecer entendimento entre as autoridades mineiras e capixabas e, desses entendimentos, resultou um clima de tranquilidade e até de cooperação entre elas na solução de casos regionais sem renúncia das pretensões de cada Estado.

A harmonia reinante entre as principais autoridades teve reflexo benéfico entre as populações. Embora não se esqueçam as questões de limites e estejam prontas a defender seus supostos direitos até pela força, todavia vivem em paz e trocam entre elas as mais significativas demonstrações de respeito e, até, de cordialidade, em tudo que não se relacione com o caso em questão. Esse ambiente de calma, ao meu ver, tem sido o principal estímulo ao progresso que se vem notando na Zona, de 2 anos para cá.

Hoje, quem quer que deseje trabalhar na lavoura, empregar capitais no comércio, etc. naquela região, já se dirige para lá sem o receio das lutas que se desenhavam próximas e inevitáveis para lhes perturbar o labor e a existência ou, o que seria pior, inutilizar os frutos desse trabalho e roubar-lhes a vida, trazendo para suas famílias, em vez de prosperidade, miséria e luto.

Graças a este estado de coisas, os trabalhos do VI Recenseamento do Brasil pôde ser realizado sem dificuldades mais graves que as resultantes do meio fisiográfico, social e econômico, já descritas. Os recenseadores eram de parte à parte bem recebidos e as nossas determinações respeitadas sem objeções.

CAPÍTULO VI

PARTE FINAL

Conclusões

Firmado na experiência e observações colhidas durante a permanência na Zona Litigiosa, posso apresentar ao S.N.R., à guisa de conclusões, a que essas observações me fizeram chegar, os itens seguintes:

I - Na Zona Litigiosa a época de julho a outubro é a melhor para os serviços de coleta censitária. Há poucas chuvas e o clima é bastante ameno. De novembro a janeiro, geralmente, caem chuvas torrenciais, prejudicando, consideravelmente, os caminhos e dificultando, assim, a movimentação dos recenseadores. Os rios enchem, e inundam. Suas travessias, devido à violência das correntes, se tornam penosas, perigosas e até impossíveis. Aparecem, então, em muito maior número, os casos de doenças, sobretudo febres;

Devido a isso, tive retardada a conclusão da coleta no setor 42. Quando os demais setores já estavam encerrados em meados de novembro, aquêle só foi concluído em fins de dezembro. O recenseador foi atacado pelas febres e ficou, vários dias, isolado e paralisado pelos efeitos das chuvas. Assim, a data de 1º de julho, na região, é a mais aconselhada para o início dos trabalhos censitários;

- II - É de toda conveniência a realização conjunta dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômicos, na zona rural. O mesmo critério não é aconselhável para a zona urbana;
- III - Faz-se mister providenciar desde já, junto ao C.N.G., a atualização dos mapas municipais, servindo-se das observações colhidas e anotadas pelos Agentes Recenseadores;
- IV - Nos futuros recenseamentos deve haver maior antecipação na remessa dos mapas municipais aos agentes, a fim de que possam chegar aos seus destinos em tempo oportuno;
- V - Deve-se solicitar das comunas, 2 anos antes do recenseamento, a revisão das áreas urbana e suburbana das cidades e vilas, a fim de ajustá-las à realidade do momento;
- VI - É conveniente ampliar a base de unidades recenseáveis para cada setor. Acho que se poderia elevar para 400 unidades, ou mesmo 500, nos setores mais distantes e menos interessantes;

- VII - Nos setores urbanos, o centro das ruas, em seu sentido longitudinal, me parece a melhor linha divisória;
- VIII - Os recenseadores devem ser convenientemente instruídos sobre a maneira mais perfeita de atualizar os croquis dos setores que lhes forem confiados;
- IX - Quando se processarem as aulas para instruir os recenseadores, é preferível orientá-los no sentido prático, evitando entregar aos candidatos instruções escritas, para que eles leiam e as assimilem. Será inútil esperar algum resultado de semelhante processo;
- X - Convém dispensar a apresentação de quitação com o serviço militar. É oportuno abandonar a exigência do limite máximo de idade, para o interior;
- XI - É desaconselhável a escolha de recenseadores logo após a prova de capacidade intelectual. A escolha, ou designação, só deve ser realizada depois das provas práticas, no período de treinamento;
- XII - É mui acertada a medida de pagamento parcelado;
- XIII - Na remessa de material censitário, evitar o uso de caixas grandes. Dadas as dificuldades de transporte, as caixas pequenas são mais convenientes. Um homem é suficiente para movimentá-las e conduzi-las, desde que a distância não seja grande;
- XIV - O material de propaganda deve ser expedido, do Rio, com mais de 2 meses de antecedência, a fim de que a sua distribuição se faça em tempo oportuno e cubra toda a região;
- XV - É contraproducente a distribuição prévia de boletins. Além de ser inútil sob o ponto de vista da execução do serviço, obriga o recenseador a percorrer 2 vezes paragens distantes, sem vantagens econômicas;

A simplificação dos questionários se impõe, com base na experiência. Os questionários dos Censos Econômicos só foram entregues aos dois recenseadores que fizeram os setores urbanos e suburbanos. Para o zona rural, em vista da falta de ocorrências relativas à maioria dos quesitos dos boletins oficiais, julguei mais conveniente organizar um outro questionário, muito mais simples, contendo apenas as hipóteses prováveis na Zona.

Essa medida foi providencial, porque apesar de muito simples e fácil, mesmo assim, seu preenchimento apresentou vá-

rios defeitos. Dêse fato se pode avaliar o que teria acontecido se tivéssemos utilizado os questionários oficiais do S. N.R.;

- XVII - É necessário organizar para os referidos censos 2 questionários, um pequeno e rudimentar, e outro mais completo. Os pequenos lavradores e comerciantes são em número bem considerável. Isto reclama e justifica a criação de um questionário mais simples. Seria mais econômico e mais prático. A remuneração pelo seu preenchimento deveria ser também inferior a do mais complexo;
- XVIII - Os quesitos 15, 16 e 17 do CD - 1.01, principalmente os dois últimos, foram de difícil resposta para os recenseandos e obscuros para os recenseadores, em que pese o nosso esforço desenvolvido em esclarecer os casos. Será mais acertado dar-lhes outra redação;
- XIX - Os quesitos que deram motivo a maior número de correções, no Censo Demográfico, foram os de n.ºs. 18 a 21. Sei que é difícil redigí-los de maneira mais clara, porém é necessário uma tentativa nesse sentido, a fim de evitar que respostas inadequadas possam ser consideradas como apropriadas para tais quesitos;
- XX - É aconselhável simplificar as capas das cadernetas e reduzir o número de assinaturas do Agente, bem como o das referências ao setor. A toda hora isso se repete. Parece-me uma superabundância desnecessária;
- XXI - Os modelos de preenchimento de boletins e folhas de cadernetas foram muito úteis. Seria aconselhável aumentar os exemplos, focalizando outras hipóteses para cada instrumento de coleta;
- XXII - Os folhetos de instruções de todos os censos, devem ter redação mais simples e serem reduzidos, quanto à extensão;
- XXIII - O pagamento de diárias para candidatos a recenseador deve estender-se ao período do treinamento, limitado, em 15, o seu número;
- XXIV - Os trabalhos exigem a manutenção de um animal de sela, devidamente arreariado, para o serviço do Delegado, caso continue a inexistência de estradas de rodagem para o centro da Zona.
- XXV - O material destinado ao Norte da Zona (Ataléia, etc.) deve ser remetido por intermédio de Teófilo Otoni (M.G.). O das par-

tes Central e Sul deve ser enviado via Colatina (E.S.).

XXVI - No caso Barra de São Francisco, ou Mantena, continuar sem Agência de Banco, fazer com que o Banco do Brasil, em Colatina, seja o intermediário no suprimento de numerário, à semelhança do que foi feito em 1950.

* * *

Aqui fica, Sr. Secretário, a narração dos fatos ocorridos na Zona Litigiosa, durante a execução do VI Recenseamento Geral do Brasil. Foram descritos com a preocupação exclusiva de trazê-los ao vosso conhecimento com a maior exatidão e clareza.

Aproveito a ocasião para agradecer a confiança com que me honrastes, assegurando-vos que fiz o que estive ao meu alcance para não desmerecê-la. Apesar disso, não tenho a veleidade de considerar perfeito o trabalho que apresentei. Falhas, certamente, deve ter, mas podeis ficar certo de que foram elas involuntárias ou inevitáveis.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1951.

a) José Guimarães Lobo

L E I Nº 27

Autoriza o Poder Executivo a delimitar os perímetros urbano e suburbano da Cidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de atribuições que lhe são por Lei conferidas, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele SANCIONA a seguinte Lei.

Art. 1º - A zona urbana da Cidade de Barra de São Francisco, fica delimitada da maneira seguinte:

Começa na confluência do Rio Itaúnas com o São Francisco, sobe o São Francisco pela sua margem direita até a foz do córrego Miracema, sobe pela margem direita do córrego Miracema até encontrar a cerca de Joao Vidal; e daí, sobe acompanhando a cerca até o espigão, desce em linha reta direção a sueste até encontrar a represa iniciada por Antônio Gonzalez no Rio Itaúnas, desce por este, pela sua margem esquerda, até a sua confluência com o Rio São Francisco, ponto de partida.

Art. 2º - A zona suburbana, será constituída por uma faixa de largura de (500) quinhentos metros, acompanhando o contorno da área urbana.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrará a presente Lei em vigor, na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, 26 de junho de 1950.

(a) Adelino Coimbra
Prefeito Municipal

DESCRIÇÃO DE LIMITES DE SETORES

SETOR Nº 1 - RURAL

Começando na Serra dos Aimorés, (segundo o Estado do Espírito Santo), segue pela estrada de tropas Laranjeira-Bom Jesus de Mantena passa ao sul desse povoado e segue até encontrar o Rio S. Mateus Sul ou Mantena; atravessa esse rio, segue por sua margem esquerda até atingir, na mesma margem, a barra do segundo córrego pelo qual prossegue até alcançar o divisor de águas do córrego Santa Bárbara e do Rio S. Mateus Sul; continua pelo referido divisor de águas até sua junção com a Serra de S. Félix, divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul ou Mantena; depois, segue pela Serra de S. Félix, atinge a dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), e por ela continua até a referida estrada de tropas, Laranjeira-Bom Jesus de Mantena.

SETOR Nº 2 - RURAL

Partindo da barra do Rio S. José, no Rio S. Mateus Sul ou Mantena, segue pelo divisor de águas do referido S. José e do Rio Itabira até atingir o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul ou Mantena, continuando desse ponto até alcançar o divisor de águas dos Rios S. José e S. Mateus Sul ou Mantena; depois, prossegue por este divisor até encontrar o Rio S. Mateus Sul ou Mantena, abaixo de Bom Jesus de Mantena, e por ele segue até encontrar novamente a barra do Rio S. José, ponto inicial.

SETOR Nº 3 - RURAL

Começando da barra do Rio Central, no Rio S. Mateus Sul, segue pela Serra Central, divisor de águas dos córregos Floresta e Central até alcançar a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), por esta continua até atingir a estrada de tropas Laranjeira-Bom Jesus de Mantena pela qual prossegue até passar ao sul do povoado de Bom Jesus de Mantena e continua até o seu encontro com o Rio S. Mateus Sul ou Mantena na altura do segundo córrego abaixo do povoado citado e por este Rio desce até a barra do córrego Central, já referido.

SETOR Nº 4 - RURAL

Começando na barra do ribeirão Vargem Grande ou Mantena sobe pela margem esquerda desse Rio até a foz do Barra Alegre, prossegue depois pelo divisor de águas deste córrego e o Vargem Grande até suas cabeceiras, alcançando a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), e por esta conti-

tinua até alcançar o divisor de águas dos córregos Floresta e córrego Central, segue por este divisor até o Rio S. Mateus Sul ou Mantena, descendo por este até a referida barra do ribeirão Vargem Grande.

SETOR Nº 5 - RURAL

Começa na barra do córrego Limeira com o Rio S. Mateus e atravessa esse Rio e segue pelo divisor de águas do córrego da outra margem e o córrego das Pedras até encontrar o divisor de águas entre o córrego Turvo e o córrego das Pedras quando dobra para oeste até a Capela do Divino na margem direita do Rio Vargem Grande; desce esse Rio pelas duas margens até a foz no Rio Barra Alegre e daí pela margem direita do Rio Vargem Grande até a sua barra no Rio S. Mateus do Sul e daí, ainda pela margem direita do Rio S. Mateus do Sul, até a foz do córrego Limeira, já mencionado no começo dessa descrição.

SETOR Nº 6 - RURAL

Começa na barra do córrego Limeira com o Rio S. Mateus atravessa esse Rio e segue pelo divisor de águas do córrego da outra margem (que fica quase defronte), com o córrego das Pedras até a nascente daquele e daí pela vertente direita do Rio S. Mateus e as cabeceiras do córrego Boa Vista e seguindo este pelas duas margens até a sua foz no Rio S. Mateus; daí sobe o Rio S. Mateus pela margem direita até a foz do córrego Limeira, ponto inicial.

SETOR Nº 7 - RURAL

Começa no cemitério do Divino, à margem direita do Rio Vargem Grande ou Mantena, segue pelo divisor de águas do Rio Vargem Grande e Barra Alegre até suas cabeceiras na Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), pela qual continua até encontrar o contra-forte da Serra do Pega-Bem, por este prosseguindo até atingir o divisor de águas dos Rios São Francisco e Vargem Grande; depois, segue pelo divisor de águas do Rio Turvo e córrego Boa Vista ou Palmeira até encontrar o divisor de águas deste último córrego e o do Canivete, por este divisor seguindo até o ponto inicial no cemitério do Divino.

SETOR Nº 8 - RURAL

Começa na nascente do córrego do Jacutinga na Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), descendo até a sua barra no Rio S. José, segue a margem esquerda do Rio S. José até a barra do córrego do Urucum, daí em linha reta em direção norte até a Serra do Pega-Bem, prossegue pela Serra em direção oeste até encontrar a Serra dos Aimorés, segundo o Espírito Santo,

e vem por esta Serra até a nascente do Jacutinga, ponto de partida.

SETOR Nº 9 - URBANA

Começa da antiga casa do Sr. José Basílio segue na direção de 60º NO até atingir o córrego Cândido Ilhéus, desce por êste até a sua foz no Rio São Francisco, seguindo pela margem direita dêste até a rua João Pessoa; prossegue pelo lado direito desta rua até o seu final e continua até encontrar a reta do limite na zona urbana, dobrando então para a direita em direção à referida casa do Sr. José Basílio, ponto inicial.

SETOR Nº 10 - URBANA

Começa na represa, desce o Rio São Francisco pela margem esquerda até a confluência dêste com o Vasante do São Francisco; sobe o Vasante até a ponte do mesmo nome; dessa se dirige ao morro do Nico Antônio e daí para a represa, ponto de partida.

SETOR Nº 11 - URBANA

Começa na confluência do Vasante com o Rio São Francisco, sobe pela margem direita dêste último até confrontar a rua João Pessoa; daí segue pelo lado esquerdo desta rua (lado da Prefeitura) até o seu final. Continua na mesma direção até encontrar a linha de limite da zona urbana; dêste ponto dobra para a esquerda, seguindo essa linha até a confluência do Vasante com o São Francisco, ponto inicial.

SETOR Nº 12 - SUBURBANA

Começa na confluência do córrego São Francisco com o Vasante, segue em linha reta até confrontar a Fazenda Antônio Mateus; daí, em reta, até encontrar o córrego São Francisco; desce por êste pela margem esquerda até a Vasante; daí, em reta, até a ponte sobre o córrego Cândido Ilhéus, na estrada para Conselheiro Pena; depois pela mesma estrada até encontrar o ponto de junção desta com a reta que vem da casa de José Basílio com o rumo de 65º SO; dêste ponto vai à casa de José Basílio; depois sobe em linha reta rumo 60º NO até atingir o córrego Cândido Ilhéus; desce por êste até o córrego São Francisco, pela margem esquerda, sobe o São Francisco pela margem esquerda até a represa; continua rumo ao alto do morro do Nico Antônio e prossegue até a ponte do Vasante; desce pela margem esquerda do Vasante até a confluência com o córrego São Francisco, onde começamos.

SETOR Nº 13 - RURAL

Começa na barra do Ribeiro do Turvo, segue em direção norte pelo divisor de águas do Ribeiro do Turvo e o primeiro afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, até encontrar o divisor de águas do Ribeiro do Turvo e o Rio São Mateus do Sul; acompanha este divisor de águas para oeste e depois sudoeste, até as nascentes do Ribeiro do Turvo; daí, rumo ao sul até a Serra do Pega-Bem, até confrontar com as nascentes do Rio São Francisco; segue depois pela mesma Serra até o ponto defronte à barra do Ribeiro do Turvo, sobe em linha reta, rumo ao norte, até o ponto inicial.

SETOR Nº 14 - RURAL

Começa na barra do Ribeiro do Turvo, segue em direção ao norte pelo divisor de águas desse ribeirão e o primeiro afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, até encontrar o divisor de águas do Rio São Mateus do Sul e o Rio São Francisco; daí, rumo sudeste, até confrontar a barra do córrego Bananal, no Rio São Francisco, desce para o sul até a barra do referido córrego Bananal, sobe esse córrego pela margem esquerda até suas cabeceiras; segue pelo divisor de águas do Rio São Francisco e Rio Itaúna, até confrontar pelo sul, a barra do Ribeiro do Turvo, daí em linha reta para o norte até esse ponto, que foi justamente o lugar de partida.

SETOR Nº 15 - RURAL

Começando no lugar Fagundes, sobe pela margem esquerda do Rio São Mateus até encontrar o divisor de águas dos córregos Boa-Sorte e Boa-Vista, depois segue até atingir o divisor de águas dos Rios Turvo e São Mateus, prosseguindo depois pelo divisor de águas dos Rios São Francisco e São Mateus, até atingir o referido lugar Fagundes.

SETOR Nº 16 - URBANA

Começa na antiga represa do "Espanhol", seguindo pela margem esquerda do Rio Itaúnas até a sua barra no Rio São Francisco, subindo pela margem direita deste até a barra do córrego Miracema; daí sob o córrego Miracema, também pela margem direita, até confrontar a porteira do terreno do Sr. Pedro Vidal, daí em linha até a represa, ponto inicial.

SETOR Nº 17 - SUBURBANA

Contorno interno: - Começa na antiga represa do "Espanhol" seguindo pela margem direita do Rio Itaúnas até a sua barra no Rio São Francisco,

subindo pela margem esquerda dêste até a barra do córrego Miracema; daí sobe o córrego Miracema, também pela margem esquerda até confrontar a porteira do terreno do Sr. Pedro Vidal, daí em linha até a repêsa, ponto inicial.

Contorno externo: - É uma paralela às linhas acima descritas, numa distância de 500 metros.

SETOR Nº 18 - RURAL

Partindo da barra do córrego Bananal, segue por êle pela sua margem direita até as cabeceiras, continua pelo divisor de águas do Rio Itaúnas e córrego Miracema até atingir o limite externo da zona suburbana (Fazenda da D^a Filomena Menegut, viúva do Natinho), depois em linha reta, direção leste, até encontrar o divisor de águas do Rio São Francisco e Ribeirão Santo Antônio, prossegue por êste divisor até a margem direita do Rio São Mateus, sobe pela margem direita dêste Rio até passar a barra do Rio São Francisco quando, dobrando para oeste, segue pelo divisor de águas do Rio São Francisco e São Mateus até confrontar a barra do Bananal, ponto inicial.

SETOR Nº 19 - RURAL

Começa na margem esquerda do Rio Itaúna na altura da propriedade de D^a Filomena Menegut (viúva do Natinho), segue pelo divisor de águas dêste último e os córregos Miracema, Bananal e Rio São Francisco, até atingir a Serra do Pega-Bem, dobra para leste por esta Serra até o divisor de águas do Rio Santo Antônio e córrego Itaúna; daí por êste divisor em direção norte até confrontar com a fazenda de D^a Filomena Menegut, dobra então em direção oeste para a referida propriedade, ponto inicial dêste setor.

SETOR Nº 20 - RURAL

Começa na barra do ribeirão Águas Claras, sobe pela sua margem direita até a foz do córrego Itaquerussu; daí pelo divisor de águas do ribeirão Águas Claras e Itaquerussu até a Serra do Pega-Bem; dêste ponto prossegue em direção oeste até passar a nascente do córrego Pião, desce pelo seu divisor d'água a oeste até encontrar a barra do córrego do Urucum com o Rio S. José; daí pela margem esquerda do Rio S. José até a barra do ribeirão Águas Claras, de onde partimos.

SETOR Nº 21 - RURAL

Começa na foz do ribeirão de Águas Claras, sobe êste pela margem esquerda até a barra do Itaquerussu, daí pelo divisor de águas do Itaquerussu e

Águas Claras até atingir a Serra do Pega-Bem, segue por esta passando pelas nascentes do córrego do Café, até a Serra dos Aimorés (segundo a denominação de Minas Gerais), segue esta Serra rumo sul até alcançar o Rio S. José; daí pela sua margem esquerda até a barra do ribeirão de Águas Claras, ponto inicial.

SETOR Nº 22 - RURAL

Começa na Serra dos Pancas conforme ao divisor de águas do córrego Jequitibá e Rio Novo, segue por esse divisor até a barra do Jequitibá, desce pela margem direita do Rio Novo até sua foz no Rio S. José, desce ainda este Rio pela margem direita, passando ao norte do povoado de Águia Branca e prossegue até encontrar a Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais). Continua pela linha de cumiadas desta Serra em direção SO até a Serra dos Pancas, no ponto inicial.

SETOR Nº 23 - RURAL

Começa na Serra do Pancas no ponto de convergência com o divisor de águas do córrego Jequitibá e Rio Novo, desce em direção sul até encontrar a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), daí acompanha a Serra em torno da bacia do Rio Novo até atingir as nascentes do Rio Jacutinga; desse ponto segue em linha reta para o ponto inicial, na Serra dos Pancas, atravessando nesse trajeto o Rio Novo, a cerca de 3 horas de viagem da barra do córrego Água Limpa, para baixo.

SETOR Nº 24 - RURAL

Começa nas nascentes do córrego Jacutinga, na Serra dos Pancas, Desce pela margem direita do córrego Jacutinga até a sua barra no Rio S. José, continua pela margem direita do Rio S. José até a barra do Rio Novo, sobe pela margem esquerda do Rio Novo até a barra do córrego Jacutinga; daí continua em direção sul pelo divisor de águas do córrego Jequitibá e Rio Novo, até encontrar a Serra dos Pancas, desse ponto dobra em direção oeste, em linha reta para o ponto inicial, nas cabeceiras do córrego Jacutinga, atravessando neste percurso o Rio Novo a cerca de 3 horas de viagem da barra do córrego Água Limpa para baixo.

SETOR Nº 25 - RURAL

Começa na margem direita do Rio S. Mateus do Sul em frente ao divisor de águas do córrego S. João e córrego Itaperuna, prosseguindo por este divisor até encontrar a Serra do Pega-Bem; daí pelo divisor de águas do córrego

do Café e córrego da Perdida até a Serra dos Aimorés, segundo o conceito de Minas Gerais, prossegue nesta Serra até a Pedra da Fortaleza e daí a cachoeira dos Patos no Rio S. Mateus do Sul, sobe o Rio S. Mateus pela direita, até o ponto de partida entre o córrego Itaperuna e o córrego S. João.

SETOR Nº 26 - RURAL

Começa na margem direita do Rio S. Mateus entre o córrego S. João e o córrego Itaperuna, no ponto que confronta o divisor de águas destes dois córregos, seguindo este divisor até encontrar a Serra do Pega-Bem, daí pela Serra até confrontar o divisor de águas do ribeirão Itaúna e ribeirão Santo Antônio, depois pelo divisor de águas do Rio S. Francisco e Santo Antônio até atingir a margem direita do Rio S. Mateus, uma légua abaixo do povoado de Fagundes, segue a margem direita do Rio S. Mateus, até o ponto de partida.

SETOR Nº 27 - RURAL

Começa na margem esquerda do Rio S. Mateus defronte ao divisor de águas do córrego do Fuzil e córrego do Engenho, seguindo este divisor em direção norte até encontrar o divisor de águas do Rio do Campo com os córregos Sapucaia e Paulista, daí prossegue até a Serra dos Aimorés, segundo o conceito de Minas Gerais; continuando na Serra em direção sul até chegar ao Rio S. Mateus do Sul e, na cachoeira dos Patos, sobe a margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul até o ponto inicial.

SETOR Nº 28 - RURAL

Começa na margem esquerda do Rio S. Mateus entre o córrego do Engenho e córrego do Fuzil, seguindo o divisor de águas destes dois córregos em direção norte até o divisor de águas do Rio do Campo e córregos Sapucaia e Paulista, prossegue por este divisor em direção oeste, dobrando após para o sul até encontrar a margem do Rio S. Mateus do Sul pouco acima da Barra do córrego até Itá, daí pela margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul até o ponto inicial.

SETOR Nº 29, - RURAL

Começando na barra do Rio do Campo, no Rio Prêto, segue pelo divisor de águas daquele Rio e do Rio S. Mateus Sul até encontrar a Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), continua por esta Serra até o divisor de águas do Rio S. Mateus Norte e do Rio S. Mateus Sul; depois, prossegue até alcançar o divisor de águas dos Rios do Campo e Prêto, pelo qual segue em direção sul até a barra do Rio do Campo, já referido.

SETOR Nº 30 - RURAL

Partindo do Rio São Mateus Sul, segue pelo divisor de águas do Rio Prêto e do córrego Itá até encontrar a barra do Rio Campo, no Rio Prêto; atravessando-a, prossegue pelo divisor de águas destes dois Rios, continua depois, pelo divisor do córrego S. Domingos e do Rio Campo até atingir o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul; prossegue por este último divisor até encontrar o divisor de águas dos Rios S. Agostinho e Bom Jesus, seguindo por este divisor até encontrar a barra do córrego Bom Jesus, no Rio Prêto, continua pelo divisor de águas do córrego do Garfo e do Rio Prêto até o Rio S. Mateus Sul pelo qual desce até o já referido ponto inicial.

SETOR Nº 31 - RURAL

Começando na barra do córrego Bom Jesus, no Rio Prêto, segue pelo divisor de águas do córrego Bom Jesus e do Rio S. Agostinho, até encontrar o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul e por este divisor prossegue até atingir o divisor dos Rios Prêto e Itabira; passando pelo divisor de águas dos Rios Itabira e do córrego do Ouro e, depois, pelo divisor de águas do Rio Águas Claras e do córrego do Garfo, prosseguindo pelo divisor de águas do Rio Prêto e do córrego do Garfo, termina na beira do córrego Bom Jesus, ponto inicial.

SETOR Nº 32 - RURAL

Começa na margem esquerda do Rio S. Mateus Sul defronte do divisor de águas do Rio Prêto e córrego do Garfo, segue por este divisor até encontrar o divisor de águas do ribeirão de Águas Claras com o córrego do Ouro e do córrego do Ariranha, desce na direção sul pelo divisor d'águas do córrego do Ariranha e córrego de Limeira até encontrar a margem esquerda do Rio S. Mateus Sul; neste, dobrando para leste pela margem esquerda, prossegue até o ponto inicial defronte a barra do córrego Boa-Sorte.

SETOR Nº 33 - RURAL

Partindo da margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul defronte a barra do Rio Vargem Grande, passa a pedra da Vargem Grande e segue pelo divisor de águas do córrego Itabirinha, e do córrego Brejaúbas até confrontar o povoado de Itabirinha, para onde segue em linha reta, atravessa o Rio Itabira deixando ao norte o povoado de Itabirinha, e continua na direção oeste até encontrar o divisor de águas do Rio Itabira e córrego do Centro; segue por este divisor em direção sul até a margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul na foz do córrego S. José; pela margem esquerda do S. Mateus do Sul continua até em frente a barra do Rio Vargem Grande, ponto inicial.

SETOR Nº 34 - RURAL

Partindo da margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul defronte a barra do Rio Vargem Grande, passa a Pedra da Vargem Grande e segue pelo divisor de águas do córrego Itabirinha e do córrego Brejaúbas até confrontar o povoado de Itabirinha, para onde segue em linha reta, atravessa o Rio Itabira deixando ao sul o povoado de Itabirinha e continua na direção oeste até encontrar o divisor de águas do Rio Itabira e córrego do Centro; segue por êste divisor em direção sul até a margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul, na foz do córrego S. José; pela margem esquerda do Rio S. Mateus do Sul continua até em frente a barra do Rio Vargem Grande, ponto inicial.

SETOR Nº 35 - RURAL

Começa ao norte do povoado de Itabirinha em linha reta para o divisor de águas do córrego de Limeira e do Rio Itabira, segue por êste divisor até encontrar o divisor de águas do Rio Itabira com o córrego do Ouro, continua até a Serra do Norte ou do S. Mateus, daí para oeste até o divisor de águas do Rio Itabira e córrego S. José, seguindo agora em direção sul até em frente ao povoado de Itabirinha, para o qual dobra em linha reta chegando assim ao ponto inicial.

SETOR Nº 36 - RURAL

Começando em frente à barra do Rio Itambacurizinho, à margem direita do Rio S. Mateus Norte, segue pelo divisor de águas dos Rios Peixe Branco e da Prata até alcançar o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul; dali prossegue até o divisor de águas dos Rios Peixe Branco e Cibrão, divisor êste que serve de limites entre o Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo (segundo o Estado do Espírito Santo), e dali passa para o Rio S. Mateus Norte pelo qual prossegue pela margem direita até o ponto fronteiro à barra do Itambacurizinho.

SETOR Nº 37, - RURAL

Começando na barra do Itambacurizinho, segue pelo divisor de águas dos Rios Peixe Branco e da Prata até alcançar o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus do Sul, pelo qual continua até atingir o divisor de águas dos Rios 15 de Novembro e da Prata; depois, seguindo por êste último divisor de águas, passa para o divisor de águas dos Rios Santa Rita e da Prata, continuando por êste divisor até o Rio S. Mateus Norte, defronte à barra do Rio Paraju e subindo pela margem direita do S. Mateus Norte até o ponto de partida, defronte a foz do Itambacurizinho.

SETOR Nº 38 - RURAL

Começa na barra do Rio Santa Rita e sobe pela margem direita deste Rio até a foz do Ribeirãozinho, daí pelo divisor de águas do Ribeirãozinho e Rio Santa Rita até encontrar o divisor de águas do Rio Santa Rita e Rio 15 de Novembro; dobra em direção NO por este divisor até encontrar o divisor de águas do Rio Santa Rita com o córrego da Prata; daí em direção norte pelo divisor de águas destes dois Rios até atingir o Rio S. Mateus defronte a barra do Rio Para ju, desce o Rio S. Mateus pela margem direita até a barra do Rio Santa Rita, ponto inicial.

SETOR Nº 39 - RURAL

Parte da barra do Rio Santa Rita pela margem direita até a confluência do Ribeirãozinho, daí pelo divisor de águas do Ribeirãozinho e Rio Santa Rita até encontrar o divisor de águas do Rio Santa Rita e Rio 15 de Novembro, de onde segue pelo divisor de águas do Ribeirãozinho e Rio 2 de Setembro, até a margem direita do Rio S. Mateus, defronte à barra do córrego Muritiba, daí sobe o Rio S. Mateus pela margem direita até encontrar a barra do Santa Rita, de onde partimos.

SETOR Nº 40 - RURAL

Partindo da Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), da margem esquerda do Rio 15 de Novembro, segue pelo divisor de águas deste último e do S. Mateus Norte até atingir o divisor de águas dos Rios 15 de Novembro e 2 de Setembro; depois, continua por este divisor de águas até alcançar o divisor de águas dos Rios Santa Rita e 15 de Novembro, prosseguindo por este divisor até o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e S. Mateus Sul, por cujo divisor continua até a Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), na margem esquerda do Rio 15 de Novembro, ponto inicial.

SETOR Nº 41 - RURAL

Começando na margem direita do Rio S. Mateus Norte, na Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), segue rio acima, até encontrar o ponto fronteiro à barra do Rio Muritiba, daí segue pelo divisor de águas do Rio 2 de Setembro e do Ribeirãozinho, passa pela Pedra do Mutum (ou da Boneca) até alcançar o divisor de águas dos Rios 15 de Novembro e 2 de Setembro; prossegue por este divisor de águas até atingir o divisor dos Rios 15 de Novembro e S. Mateus Norte, pelo qual continua até encontrar o Rio S. Mateus Norte, na Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), ponto de partida.

SETOR Nº 42 - RURAL

Começando na margem esquerda do Rio S. Mateus Norte, segue pela Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais), passa pelo morro do Orató rio até alcançar o divisor de águas dos rios Itaúna e S. Mateus Norte; dali continua pelo divisor de águas dos rios referidos, alcançando o divisor dos Rios Muritiba, (ou Tiririca), e Itaúna, segue por êle até atingir o divisor de águas do Rio Muritiba e do córrego do Jabuti e, por êste divisor, segue até o Rio S. Mateus Norte, na barra do córrego Muritiba, descendo, depois pela margem esquerda do Rio S. Mateus Norte, até o ponto inicial.

SETOR Nº 43 - RURAL

Começando na barra do Rio Muritiba, no Rio S. Mateus Norte, segue pelo divisor de águas dos Rios Muritiba (ou Tiririca) e Jabuti até alcançar o divisor de águas dos Rios Muritiba e Itaúnas; depois, prossegue por êste divisor até a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e Mucuri, continuando pela mesma Serra passa pelo divisor de águas dos Rios Muritiba, C. Areia e Paraju; dali desce até a barra do Rio Paraju, no Rio S. Mateus Norte e por êsse desce, até o ponto inicial, na margem esquerda.

SETOR Nº 44 - RURAL

Começando na barra do Rio Paraju, no Rio S. Mateus Norte, segue pelo divisor de águas dêste rio e do córrego d'Areia, prosseguindo pelo divisor de águas do Rio Paraju e Muritiba até alcançar a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), divisor de águas dos Rios Mucuri, por um lado e S. Mateus Norte por outro, continuando pela referida Serra até atingir o divisor de águas do Rio Paraju e Santa Cruz; prossegue por êsse divisor de águas até o dos Rios Paraju e Itambacurizinho; depois segue pelo divisor de águas do córrego da Maravilha e Bananal até alcançar o divisor de águas dos Rios S. Mateus Norte e Paraju, e por êste divisor continua até a barra do Rio Paraju, ponto inicial.

SETOR Nº 45 - RURAL

Começa na barra do Rio Itaúninha, segue em direção NO pelo divisor de águas dêste Rio e o Itaúnas do Norte até encontrar a Serra dos Aimorés; prossegue por esta Serra até confrontar com o divisor de águas dos Rios Itaúnas e Muritiba, dêsse ponto dobra em direção sul, seguindo o referido divisor até encontrar o divisor de águas do Rio Itaúnas e Rio São Mateus do Norte, continuando

do por êste último divisor de águas até a Serra dos Aimorés (segundo o Estado de Minas Gerais) e daí por esta Serra até encontrar o Rio Itaúnas, quando subirá por sua margem direita até a foz do Rio Itaúninha, ponto inicial.

SETOR Nº 46 - RURAL

Começa na barra do Córrego Palmital, por êle segue até a sua cabeceira e daí passando pelo lugar Santa Clara vai até a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), divisor de águas dos Rios Itaúnas e Mucuri, prossegue por esta Serra até confrontar o divisor de águas dos Rios Itaúnas e Itaúninha, desce por êste divisor até a barra do Itaúninha e daí pela margem esquerda do Rio Itaúnas até encontrar a linha reta tida pelo Estado de Minas Gerais como sendo um prosseguimento da Serra dos Aimorés; depois, na mesma direção da referida linha até encontrar a barra do Palmital, ponto inicial.

SETOR Nº 47 - URBANA

Setor 47 - zona urbana da cidade de Ataléia - começa pela extrema de Joel de Souza, subindo o Rio do Norte pela margem esquerda até encontrar a foz do córrego Carí, subindo à margem esquerda do córrego Carí até encontrar a cêrca da extrema da propriedade de Juvenal Cruz, subindo por esta até encontrar a do senhor José Etelvino de Andrade e por esta, até encontrar a do senhor Manoel Maurício de Souza; e por esta até encontrar a do senhor sargento Lima, e por esta, rumo certo até o ponto de partida.

SETOR Nº 48 - SUBURBANA

Setor 48 - zona suburbana da cidade de Ataléia - começa na beira do rio Norte numa grota ao lado da casa de Manoel Pereira, subindo por esta até encontrar a estrada Ataléia-Fidelândia, subindo por esta até encontrar a casa do senhor João Gomes; desta casa rumo certo à cêrca do senhor José Neves, seguindo por esta até a beira do Rio Norte, e descendo por êste pela margem direita, até o ponto de partida.

SETOR Nº 49 - RURAL

Começa no limite norte da zona suburbana da cidade de Ataléia, seguindo pelo divisor de águas dos córregos Beiju e do Joel até encontrar o divisor de águas do Paraju e no Santa Cruz; segue por êste, direção NO até a Serra dos Aimorés (segundo o Estado do Espírito Santo), nas cabeceiras do Rio Santa Cruz ou Norte; desce em linha reta até encontrar o divisor de águas dos córregos Maravilha e Bananal, seguindo por êste até o Rio Santa Cruz, e daí desce

pela margem esquerda dêste Rio até o ponto inicial, isto é, a zona suburbana de Ataléia.

SETOR Nº 50 - RURAL

Começa na barra do Rio Paraju, sobe pelo divisor de águas entre este Rio e os Rios S. Mateus do Norte e ribeirão Itambacurizinho, até as nascentes dêste último, daí desce pelo divisor de águas do ribeirão Itambacurizinho e o Rio Santa Cruz até alcançar o Rio S. Mateus a uma légua acima do ribeirão Itambacurizinho; desce depois pela margem esquerda do Rio S. Mateus do Norte, até a barra do Rio Paraju, ponto inicial.

SETOR Nº 51 - RURAL

Começa no final da zona suburbana da cidade de Ataléia, subindo pela margem direita do Rio Santa Cruz até o divisor de águas dos córregos Bananal e Maravilha; segue por este divisor rumo oeste até encontrar o divisor de águas do Rio Santa Cruz e Rio S. Mateus Norte e segue por este divisor até encontrar a margem esquerda do Rio S. Mateus, daí pela mesma margem até a barra do Rio Santa Cruz e daí segue pelo divisor de águas dos córregos Bagaginha e Volta Quatro, até o divisor de águas dêste último com o córrego Beiju; dobra para oeste, seguindo pelo divisor de águas do córrego Beiju e córrego Joel, até alcançar acima de Ataléia o ponto inicial.

QUADROS

CENSO DEMOGRÁFICO

1. POPULAÇÃO PRESENTE, NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS DE 1940 E 1950,
SEGUNDO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE				ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE			
	Números absolutos		% sôbre o total			Números absolutos		% sôbre o total	
	1940	1950	1940	1950		1940	1950	1940	1950
Segundo o sexo					Segundo a idade (conclusão)				
Homens	34 724	82 309	51,83	51,42	50 a 59 anos	2 260	5 349	3,37	3,34
Mulheres	32 270	77 763	48,17	48,58	60 a 69 anos	920	2 493	1,37	1,56
Segundo a idade					70 a 79 anos	285	700	0,43	0,44
Menos de 1 ano	2 577	7 291	3,85	4,55	80 anos e mais	144	378	0,21	0,23
1 ano	2 432	5 675	3,63	3,55	Idade ignorada	132	224	0,20	0,14
2 anos	2 804	5 891	4,19	3,68	Segundo a cor				
3 anos	2 701	6 009	4,03	3,75	Branco	52 100	81 778	77,77	51,09
4 anos	2 635	5 535	3,93	3,46	Pretos	14 567	16 986	21,74	10,61
5 a 9 anos	11 415	25 464	17,05	15,91	Amarelos	1	10	0,00	0,01
10 a 14 anos	9 312	21 967	13,90	13,72	Pardos	235	61 175	0,35	38,22
15 a 19 anos	6 962	18 314	10,39	11,44	Sem declaração de cor	91	123	0,14	0,07
20 a 24 anos	6 109	14 992	9,12	9,37	Segundo o estado conjugal (1)				
25 a 29 anos	5 007	12 167	7,47	7,60	Solteiros	19 495	24 215	58,87	29,44
30 a 39 anos	6 917	16 965	10,32	10,60	Casados	11 788	53 258	35,59	64,76
40 a 49 anos	4 382	10 658	6,54	6,66					

(1) 15 anos e mais.

CENSO DEMOGRÁFICO

1. POPULAÇÃO PRESENTE, NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS DE 1940 E 1950,
SEGUNDO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE				ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE			
	Números absolutos		% sobre o total			Números absolutos		% sobre o total	
	1940	1950	1940	1950		1940	1950	1940	1950
Segundo o estado conjugal (conclusão)					Segundo a religião (conclusão)				
Desquitados e divorciados	44	18	0,13	0,02	Sem religião e sem declaração de religião	717	694	1,07	0,43
Viúvos	1 744	4 652	5,27	5,66	Segundo a nacionalidade				
Sem declaração de estado conjugal	47	97	0,14	0,12	Brasileiros natos	66 754	159 862	99,64	99,87
Segundo a religião					Brasileiros naturalizados	20	76	0,03	0,05
Católicos romanos	61 155	140 980	91,29	88,08	Estrangeiros	206	134	0,31	0,08
Protestantes	4 170	14 583	6,22	9,11	Sem declaração de nacionalidade	14	-	0,02	-
Espíritas	308	1 267	0,46	0,79	Segundo a instrução (2)				
Ortodoxos	-	-	-	-	Sabem ler e escrever	7 040	23 748	13,07	18,31
Israelitas	3	2	0,00	0,00	Não sabem ler e escrever	46 673	105 818	86,68	81,61
Outras religiões	641	2 546	0,96	1,59	Sem declaração de instrução ..	132	105	0,25	0,08
					TOTAL	66 994	160 072	100,00	100,00

(2) 5 anos e mais.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

2. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A CÔR

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a côr									
		Branços		Pretos		Amarelos		Pardos		Sem declaração de côr	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	30 401	8 346	8 054	1 404	1 355	1	-	5 776	5 435	14	16
5 a 9 anos	25 464	6 428	6 290	1 355	1 314	1	1	5 311	4 746	10	8
10 a 14 anos	21 967	5 479	5 421	1 270	1 167	1	-	4 398	4 213	10	8
15 a 19 anos	18 314	4 310	4 843	1 002	998	1	1	3 463	3 683	6	7
20 a 24 anos	14 992	3 704	4 069	791	769	1	2	2 821	2 823	5	7
25 a 29 anos	12 167	3 228	3 045	674	661	-	-	2 353	2 196	5	5
30 a 39 anos	16 965	4 618	4 144	940	870	-	-	3 345	3 037	7	4
40 a 49 anos	10 658	2 968	2 317	738	531	-	1	2 289	1 809	2	3
50 a 59 anos	5 349	1 508	1 171	369	241	-	-	1 213	843	4	-
60 a 69 anos	2 493	725	538	204	129	-	-	556	340	1	-
70 a 79 anos	700	186	151	49	47	-	-	147	119	-	1
80 anos e mais	378	65	76	35	41	-	-	66	95	-	-
Idade ignorada	224	38	56	16	16	-	-	52	46	-	-
TOTAL	160 072	41 603	40 175	8 847	8 139	5	5	31 790	29 385	64	59

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

3. PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL

GRUPOS DE IDADES	PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS										
	Total	Segundo o estado conjugal									
		Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Viúvos		Sem declaração de estado conjugal	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	18 314	8 471	6 188	304	3 317	-	-	3	15	4	12
20 a 24 anos	14 992	4 081	1 742	3 206	5 824	-	3	28	90	7	11
25 a 29 anos	12 167	1 289	557	4 896	5 177	1	3	70	154	4	16
30 a 39 anos	16 965	691	417	7 996	7 059	1	2	210	568	12	9
40 a 49 anos	10 658	236	167	5 446	3 645	1	2	305	842	9	5
50 a 59 anos	5 319	101	70	2 680	1 463	1	-	309	721	3	1
60 a 69 anos	2 493	38	53	1 235	393	1	1	211	559	1	1
70 a 79 anos	700	12	17	280	70	-	-	90	229	-	2
80 anos e mais	378	7	11	97	29	1	1	61	171	-	-
Idade ignorada	224	42	25	59	82	-	-	5	11	-	-
TOTAL	82 240	14 968	9 247	26 199	27 059	6	12	1 292	3 360	40	57

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

4. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A RELIGIÃO

a) Homens

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protes- tantes	Espíritas	Ortodoxos	Israe- litas	Budistas	Maome- tanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	15 541	13 684	1 475	107	-	-	-	-	234	35	6
5 a 9 anos	13 105	11 589	1 190	97	-	-	-	-	197	28	4
10 a 14 anos	11 158	9 821	1 019	81	-	-	-	-	195	38	4
15 a 19 anos	8 782	7 722	783	74	-	-	-	-	143	54	6
20 a 24 anos	7 322	6 550	558	52	-	-	-	-	100	52	10
25 a 29 anos	6 260	5 608	474	42	-	-	-	-	79	52	5
30 a 39 anos	8 910	7 845	803	68	-	-	-	-	129	49	16
40 a 49 anos	5 997	5 262	507	61	-	-	-	-	112	49	6
50 a 59 anos	3 094	2 700	264	47	-	-	-	-	65	16	2
60 a 69 anos	1 486	1 297	134	17	-	1	-	-	27	7	3
70 a 79 anos	382	333	37	7	-	-	-	-	4	-	1
80 anos e mais	166	141	18	-	-	-	-	-	7	-	-
Idade ignorada	106	91	10	-	-	-	-	-	5	-	-
TOTAL	82 309	72 643	7 272	653	-	1	-	-	1 297	380	63

CENSO DEMOGRÁFICO - 12-VII-1950

4. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A RELIGIÃO

b) Mulheres

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protes- tantes	Espíritas	Ortodoxos	Israe- litas	Budistas	Maome- tanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	14 860	13 035	1 431	107	-	1	-	-	238	43	5
5 a 9 anos	12 359	10 860	1 195	91	-	-	-	-	182	28	3
10 a 14 anos	10 809	9 473	1 036	91	-	-	-	-	187	17	5
15 a 19 anos	9 532	8 423	859	75	-	-	-	-	145	29	1
20 a 24 anos	7 670	6 812	660	52	-	-	-	-	120	24	2
25 a 29 anos	5 907	5 249	522	39	-	-	-	-	68	24	5
30 a 39 anos	8 055	7 015	783	78	-	-	-	-	146	27	6
40 a 49 anos	4 661	4 065	431	53	-	-	-	-	96	13	3
50 a 59 anos	2 255	1 968	224	19	-	-	-	-	36	8	-
60 a 69 anos	1 007	865	114	5	-	-	-	-	19	2	2
70 a 79 anos	318	273	35	2	-	-	-	-	6	2	-
80 anos e mais	212	186	18	2	-	-	-	-	4	2	-
Idade ignorada	118	113	3	-	-	-	-	-	2	-	-
TOTAL	77 763	68 337	7 311	614	-	1	-	-	1 249	219	32

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

4. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A RELIGIÃO

c) Total

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protes- tantes	Espíritas	Ortodoxos	Israe- litas	Budistas	Maome- tanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	30 401	26 719	2 906	214	-	1	-	-	472	78	11
5 a 9 anos	25 464	22 449	2 385	188	-	-	-	-	379	56	7
10 a 14 anos	21 967	19 294	2 055	172	-	-	-	-	382	55	9
15 a 19 anos	18 314	16 145	1 642	149	-	-	-	-	288	83	7
20 a 24 anos	14 992	13 362	1 218	104	-	-	-	-	220	76	12
25 a 29 anos	12 167	10 857	996	81	-	-	-	-	147	76	10
30 a 39 anos	16 965	14 860	1 586	146	-	-	-	-	275	76	22
40 a 49 anos	10 658	9 321	938	114	-	-	-	-	208	62	9
50 a 59 anos	5 349	4 668	488	66	-	-	-	-	101	24	2
60 a 69 anos	2 493	2 162	248	22	-	1	-	-	46	9	5
70 a 79 anos	700	606	72	9	-	-	-	-	10	2	1
80 anos e mais	378	327	36	2	-	-	-	-	11	2	-
Idade ignorada	224	204	13	-	-	-	-	-	7	-	-
TOTAL GERAL	160 072	140 980	14 583	1 267	-	2	-	-	2 546	599	95

5. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A NACIONALIDADE

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Total	Segundo a nacionalidade							
		Brasileiros natos		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros		Sem declaração de nacionalidade	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	30 401	15 541	14 860	-	-	-	-	-	-
5 a 9 anos	25 464	13 105	12 359	-	-	-	-	-	-
10 a 14 anos	21 967	11 158	10 809	-	-	-	-	-	-
15 a 19 anos	18 314	8 780	9 530	1	-	1	2	-	-
20 a 24 anos	14 992	7 315	7 659	1	1	6	10	-	-
25 a 29 anos	12 167	6 254	5 900	1	1	5	6	-	-
30 a 39 anos	16 965	8 895	8 041	4	3	11	11	-	-
40 a 49 anos	10 658	5 962	4 646	8	6	27	9	-	-
50 a 59 anos	5 349	3 072	2 241	11	6	11	8	-	-
60 a 69 anos	2 493	1 461	992	14	8	11	7	-	-
70 a 79 anos	700	374	312	4	3	4	3	-	-
80 anos e mais	378	162	211	3	1	1	-	-	-
Idade ignorada	224	105	118	-	-	1	-	-	-
TOTAL	160 072	82 184	77 678	47	29	78	56	-	-

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

6. PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO

GRUPOS DE IDADES	PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS									
	Total geral	Segundo a instrução								
		Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever			Sem declaração de instrução		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
5 a 9 anos	25 464	637	333	304	24 822	12 768	12 054	5	4	1
5 anos	5 217	10	6	4	5 206	2 675	2 531	1	-	1
6 anos	5 198	38	19	19	5 160	2 637	2 523	-	-	-
7 anos	5 416	128	60	68	5 287	2 658	2 629	1	1	-
8 anos	5 073	162	98	64	4 909	2 603	2 306	2	2	-
9 anos	4 560	299	150	149	4 260	2 195	2 065	1	1	-
10 a 14 anos	21 967	2 904	1 647	1 257	19 047	9 500	9 547	16	11	5
10 anos	4 995	396	228	168	4 597	2 337	2 260	2	1	1
11 anos	4 322	519	285	234	3 799	1 880	1 919	4	2	2
12 anos	4 856	657	383	274	4 193	2 107	2 086	6	4	2
13 anos	3 928	664	374	290	3 263	1 591	1 672	1	1	-
14 anos	3 866	668	377	291	3 195	1 585	1 610	3	3	-
15 a 19 anos.....	18 314	3 823	2 172	1 651	14 476	6 604	7 872	15	6	9
20 a 24 anos	14 992	3 703	2 418	1 285	11 270	4 899	6 371	19	5	14
25 a 29 anos	12 167	3 002	2 138	864	9 157	4 118	5 039	8	4	4
30 a 39 anos.....	16 965	4 702	3 550	1 152	12 250	5 355	6 895	13	5	8
40 a 49 anos	10 658	2 793	2 297	496	7 853	3 697	4 156	12	3	9
50 a 59 anos	5 349	1 354	1 164	190	3 988	1 928	2 060	7	2	5
60 a 69 anos	2 493	582	506	76	1 904	977	927	7	3	4
70 a 79 anos	700	146	131	15	552	250	302	2	1	1
80 anos e mais	378	49	40	9	328	126	202	1	-	1
Idade ignorada	224	53	39	14	171	67	104	-	-	-
TOTAL	129 671	23 748	16 435	7 313	105 818	50 289	55 529	105	44	61

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

7. PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

a) Homens

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura.....	39 656	3 517	7 272	6 350	5 402	7 557	5 191	2 698	1 242	260	93	74
Indústrias extrativas	246	3	14	41	50	80	36	16	4	-	1	1
Indústrias de transformação	1 804	57	259	289	258	429	283	150	59	10	3	7
Comércio de mercadorias	1 350	34	219	246	205	363	177	64	31	6	-	5
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	7	-	1	1	1	1	1	2	-	-	-	-
Prestação de serviços	697	31	104	109	96	177	104	45	20	8	2	1
Transportes, comunicações e armazenagem .	531	20	101	99	98	128	60	21	3	-	-	1
Profissões liberais	67	1	5	11	17	16	11	5	1	-	-	-
Atividades sociais	90	-	5	10	7	19	17	15	10	4	2	1
Administração pública, Legislativo, Justiça	113	-	4	17	17	33	27	10	3	1	-	1
Defesa Nacional e Segurança pública	142	-	1	32	47	31	27	4	-	-	-	-
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	5 335	4 689	558	38	13	10	6	8	2	5	4	2
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	29	3	3	6	3	6	3	4	-	1	-	-
Condições inativas	3 596	2 803	236	73	46	60	54	52	111	87	61	13
TOTAL	53 663	11 158	8 782	7 322	6 260	8 910	5 997	3 094	1 486	382	166	106

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

7. PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

b) Mulheres

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura ...	826	144	205	97	37	102	118	76	41	4	1	1
Indústrias extrativas	3	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	6	1	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-
Comércio de mercadorias	11	1	8	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	478	62	170	91	51	41	26	18	15	2	-	2
Transportes, comunicações e armazenagem.	4	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Profissões liberais	3	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-
Atividades sociais	82	-	18	25	11	24	4	-	-	-	-	-
Administração pública, Legislativo, Justiça	3	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Defesa Nacional e Segurança pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	46 412	8 609	8 985	7 399	5 787	7 850	4 481	2 078	818	204	102	99
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	3	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Condições inativas	2 713	1 990	142	51	19	33	31	81	133	108	109	16
TOTAL	50 544	10 809	9 532	7 670	5 907	8 055	4 661	2 255	1 007	318	212	118

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

7. PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

c) Total

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura ...	40 482	3 661	7 477	6 447	5 439	7 659	5 309	2 774	1 283	264	94	75
Indústrias extrativas	249	4	14	41	50	82	36	16	4	-	1	1
Indústrias de transformação	1 810	58	260	291	259	429	284	150	59	10	3	7
Comércio de mercadorias	1 361	35	227	247	206	363	177	64	31	6	-	5
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	7	-	1	1	1	1	1	2	-	-	-	-
Prestação de serviços	1 175	93	274	200	147	218	130	63	35	10	2	3
Transportes, comunicações e armazenagem.	535	20	101	101	98	130	60	21	3	-	-	1
Profissões liberais	70	1	5	12	17	16	11	7	1	-	-	-
Atividades sociais	172	-	23	35	18	43	21	15	10	4	2	1
Administração pública, Legislativo, Justiça	116	-	6	18	17	33	27	10	3	1	-	1
Defesa Nacional e Segurança pública	142	-	1	32	47	31	27	4	-	-	-	-
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	51 747	13 298	9 543	7 437	5 800	7 860	4 487	2 086	820	209	106	101
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	32	4	4	6	3	7	3	4	-	1	-	-
Condições inativas	6 309	4 793	378	124	65	93	85	133	244	195	170	29
TOTAL GERAL	104 207	21 967	18 314	14 992	12 167	16 965	10 658	5 349	2 493	700	378	224

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

8. BRASILEIROS NATOS PRESENTES, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO

a) Homens

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES												
	Total	Segundo os grupos de idades											
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais	Idade ignorada
Guaporé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para	3	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Piauí	5	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	1	-
Ceará	32	-	1	2	1	1	2	7	2	9	6	1	-
Rio Grande do Norte	8	-	-	-	-	-	1	3	2	1	1	-	-
Paraíba	8	-	-	-	1	-	-	2	2	-	2	1	-
Pernambuco	39	-	1	2	3	-	3	9	14	6	1	-	-
Alagoas	24	-	-	1	-	2	2	7	9	3	-	-	-
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	26	-	-	2	-	1	3	7	5	4	1	3	-
Bahia	1 777	120	156	156	153	190	219	318	233	123	70	32	7
Minas Gerais	46 765	3 015	5 133	6 617	6 303	5 541	4 838	6 829	4 553	2 349	1 125	391	71
(Serra dos Aimores).....	21 180	11 130	6 222	2 682	857	191	43	28	8	3	5	3	8
Espírito Santo	10 519	1 231	1 496	1 546	1 301	1 188	975	1 361	820	384	148	54	15
Rio de Janeiro	1 650	32	77	136	157	183	157	301	288	176	95	46	2
Distrito Federal	21	3	2	3	1	3	1	4	-	4	-	-	-
São Paulo	49	2	1	1	1	3	3	9	15	8	3	3	-
Paraná	6	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Rio Grande do Sul	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	4	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-
Goiás	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
TOTAL (1)	82 184	15 541	13 105	11 158	8 780	7 315	6 254	8 895	5 962	3 072	1 461	536	105

(1) Incluídos os brasileiros natos (59 homens) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo.

8. BRASILEIROS NATOS PRESENTES, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO

b) Mulheres

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES												
	Total	Segundo os grupos de idades											
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais	Idade ignorada
Guaporé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	17	1	1	1	-	-	-	4	2	3	1	4	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Pernambuco	14	2	2	-	-	3	3	1	-	2	1	-	-
Alagoas	7	-	-	-	1	1	-	2	3	-	-	-	-
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	12	-	3	-	-	2	4	-	2	-	1	-	-
Bahia	1 470	151	182	151	163	161	157	217	133	77	47	28	3
Minas Gerais	44 533	2 841	4 690	6 452	6 907	5 995	4 682	6 347	3 631	1 751	750	398	89
(Serra dos Aimorés)	20 167	10 656	5 887	2 561	787	174	30	28	8	6	10	8	12
Espírito Santo	9 950	1 159	1 511	1 503	1 476	1 145	877	1 178	655	272	123	42	9
Rio de Janeiro	1 397	35	69	131	186	167	139	254	193	126	54	39	4
Distrito Federal	11	5	1	1	-	-	1	1	1	-	1	-	-
São Paulo	29	1	-	-	1	3	1	5	11	1	2	4	-
Paraná	3	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Goiás	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL (1)	77 678	14 860	12 359	10 809	9 530	7 659	5 900	8 041	4 646	2 241	992	523	118

(1) Incluídos os brasileiros natos (60 mulheres) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo.

8. BRASILEIROS NATOS PRESENTES, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO

c) Total

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES												
	Total	Segundo os grupos de idades											
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais	Idade ignorada
Guaporé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	3	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	3	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Piauí	7	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	1	-
Ceará	49	1	2	3	1	1	2	11	4	12	7	5	-
Rio Grande do Norte	8	-	-	-	-	-	1	3	2	1	1	-	-
Paraíba	10	-	-	-	1	1	-	2	2	-	3	1	-
Pernambuco	53	2	3	2	3	3	6	10	14	8	2	-	-
Alagoas	31	-	-	1	1	3	2	9	12	3	-	-	-
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	38	-	3	2	-	3	7	7	7	4	2	3	-
Bahia	3 247	271	338	307	316	351	376	535	366	200	117	60	10
Minas Gerais	91 298	5 856	9 823	13 069	13 210	11 536	9 520	13 176	8 184	4 100	1 875	789	160
(Serra dos Aimores).....	41 347	21 786	12 109	5 243	1 644	365	73	56	16	9	15	11	20
Espírito Santo	20 469	2 390	3 007	3 049	2 777	2 333	1 852	2 539	1 475	656	271	96	24
Rio de Janeiro	3 047	67	146	267	343	350	296	555	481	302	149	85	6
Distrito Federal	32	8	3	4	1	3	2	5	1	4	1	-	-
São Paulo	78	3	1	1	2	6	4	14	26	9	5	7	-
Paraná	9	4	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Santa Catarina	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Rio Grande do Sul	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Matô Grosso	5	-	-	-	-	-	2	1	1	1	-	-	-
Goiás	3	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-
TOTAL GERAL (1)..	159 862	30 401	25 464	21 967	18 310	14 974	12 154	16 936	10 608	5 313	2 453	1 059	223

(1) Incluídos os brasileiros natos (59 homens e 60 mulheres) que não declararam a Unidade da Federação de nascimento, ou que nasceram no Exterior ou a bordo.

CENSO INDUSTRIAL - 1º-I-1950

CAPITAL APLICADO, PESSOAL OCUPADO E FÔRÇA MOTRIZ, EM 1º-I-1950, E OPERÁRIOS, DESPESAS
E VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO ANO DE 1949

SERRA DOS AIMORÉS	EM 1º-I-1950							ANO DE 1949				
	Estabele- cimentos	Capital aplicado (C\$1 000)	Pessoal ocupado				Fôrça motriz (c-v)	Operários ocupados (media mensal) (4)	Salários e vencimentos pagos		Despesas de consumo (5)	Valor da produção (6)
			Total	Adminis- tração (1)	Empre- gados (2)	Operários (3)			Total	Operários		
Total	65	3 883	130	60	11	59	411	117	430	350	12 302	20 067

- (1) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos.
 (2) Compreendendo chefes de serviço e outros empregados não ligados diretamente à produção.
 (3) Inclusive mestres e contramestres.
 (4) Calculada de acordo com a duração do trabalho efetivo do estabelecimento.
 (5) Consumo de matérias-primas, material de embalagem, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica adquirida.
 (6) Inclusive receita proveniente de "Serviços industriais prestados a terceiros".
 NOTA - Dados preliminares, sujeitos a retificação.

CENSO COMERCIAL - 1º-I-1950

COMÉRCIO VAREJISTA

GÊNERO DE COMÉRCIO	EM 1º-I-1950				ANO DE 1949	
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado			Salários e vencimentos pagos	Venda de mercadorias
		Total	Administração*	Empregados		
Cr\$1 000						
Ferragens e material de construção	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Máquinas e aparelhos, material elétrico	-	-	-	-	-	-
Veículos e acessórios	-	-	-	-	-	-
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico ..	-	-	-	-	-	-
Papel, impressos e artigos de escritório	-	-	-	-	-	-
Preparados farmacêuticos, artigos de perfumaria, tintas e vernizes	21	36	21	15	49	1 452
Combustíveis e lubrificantes	-	-	-	-	-	-
Tecidos, artigos do vestuário e artigos de armário	98	216	104	112	576	18 738
Produtos alimentícios, bebidas e estimulantes ...	71	100	69	31	59	4 913
Mercadorias em geral, inclusive produtos alimentícios	20	38	20	18	90	3 994
Mercadorias em geral, exclusivo produtos alimentícios	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Outros gêneros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	218	412	222	190	872	31 727

(*) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos.

(x) Resultado omitido a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais.

NOTA - Dados preliminares, sujeitos a retificação.

CENSO DOS SERVIÇOS - 1º-I-1950

SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS DE HIGIENE PESSOAL

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	EM 1º-I-1950					ANO DE 1949		
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr\$1 000)	Pessoal ocupado			Salários e vencimentos pagos	Outras despesas	Receita
			Total	Administração*	Empregados			
						Cr\$1 000		
Serviços de alojamento e de alimentação .	49	899	106	49	57	81	116	1 990
Hotéis e pensões	10	542	46	10	36	37	54	664
Restaurantes, cafés, bares e outros serviços de alimentação	39	357	60	39	21	44	62	1 326
Serviços de higiene pessoal	6	64	9	6	3	13	7	157
Salões de barbeiro e cabeleireiro	6	64	9	6	3	13	7	157
Outros serviços de higiene pessoal ...	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos.

NOTA - Dados preliminares, sujeitos a retificação.

CENSO DOS SERVIÇOS - 1º-I-1950

SERVIÇOS DE CONFECCÃO, CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

GRUPOS DE SERVIÇOS	EM 1º-I-1950						ANO DE 1949			
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr\$1 000)	Pessoal ocupado			Fôrça motriz (c.v)	Salários e vencimentos pagos		Despesas de consumo (4)	Receita
			Total (1)	Adminis- tração (2)	Operários		Total (3)	Operários		
									Cr\$1 000	
Artefatos de metal	10	193	24	13	11	-	41	41	217	647
Artigos do vestuário e artefatos de tecidos	10	109	33	11	22	-	38	38	292	666
TOTAL	20	302	57	24	33	-	79	79	509	1 313

(1) Inclusive chefes de serviço e outros empregados não ligados diretamente à execução dos serviços.

(2) Compreendendo proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos.

(3) Inclusive vencimentos de chefes de serviço e de outros empregados não ligados diretamente à execução dos serviços.

(4) Consumo de matérias-primas, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica.

NOTA - Dados preliminares, sujeitos a retificação.

